

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2013/2014



TII

**UMAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS PARA O SEGUNDO
DECÉNIO DO SÉCULO XXI**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FRE-
QUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

UMAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS PARA O SEGUNDO DECÉNIO DO SÉCULO XXI

COR Inf José António Coelho Rebelo

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2013/20014

Pedrouços 2014



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

UMAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS PARA O SEGUNDO DECÉNIO DO SÉCULO XXI

COR Inf José António Coelho Rebelo

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2013/2014

Orientador: **MGEN Professor Doutor José Manuel Freire Nogueira**

Pedrouços 2014



Agradecimentos

Ao Exmo. Major-General Professor Doutor José Manuel Freire Nogueira, orientador deste trabalho de investigação individual, o meu reconhecido agradecimento pelo apoio, disponibilidade, acuidade das sugestões e valiosas orientações.

A todos os distintos entrevistados, conferencistas, camaradas e amigos que tiveram a fineza de contribuir com o melhor do seu conhecimento e cooperação para a realização deste trabalho.

Um muito especial obrigado ao Coronel Tirocinado de Cavalaria Francisco Xavier Ferreira de Sousa, militar de excelência, amigo e “irmão”, pela incedível colaboração, traduzida, entre outras, nas múltiplas interações, avisados conselhos e atenção dedicada ao longo de todo este percurso.

À minha família que, embora longe, esteve sempre perto.



Índice

Introdução	1
1. A situação geopolítica da região da Ásia- Pacífico	8
a. Caraterísticas e tendências	8
b. Síntese conclusiva	25
2. O Quadro Regional	26
a. A área Euro-Atlântica e a importância da OTAN	26
b. A União Europeia e os seus dilemas	30
c. Síntese conclusiva	33
3. Portugal e as suas Forças Armadas	35
a. Enquadramento Nacional – vertentes e desafios	35
b. Subsídios para uma estruturação das Forças Armadas portuguesas em 2010-2020	44
c. Síntese conclusiva	49
Conclusões	51
Bibliografia	54

Índice de Anexos

Anexo A – Corpo de conceitos.....	A-1
Anexo B – Tabela de Indicadores de Envelhecimento.....	B-1

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Diagrama de dedução.....	Ap 1-1
---------------------------------------	--------

Índice de Figuras

Figura nº 1 - Percurso metodológico.....	5
Figura nº 2 – Problematização teórica.....	6
Figura nº 3 – Mapa da Ásia-Pacífico.....	8
Figura nº 4 – Diferendos de fronteiras entre Japão e Rússia – região das ilhas Curila.....	10



Figura nº 5 – Diferendos de fronteiras entre Japão e China – região das ilhas Senkaku.....	10
Figura nº 6 – Zona de Identificação de Defesa Aérea Chinesa.....	11
Figura nº 7 – Taiwan e o Estreito de Taiwan.....	14
Figura nº 8 – Ataque à Ilha de Yeonpyeong, em 23 de novembro de 2010.....	15
Figura nº 9 – Índia, Paquistão, Caxemira e o alcance dos mísseis daquelas potências nucleares.....	16
Figura nº 10 – Gráfico das Participações em percentagem, no PIB mundial, com base na Paridade de Poder de Compra.....	19
Figura nº 11 – Gráfico das Participações em percentagem, no PIB mundial, com base na Paridade de Poder de Compra (Países).....	20
Figura nº 12 – Previsões de Aumento de Temperatura Média Global e Riscos Adicionais.....	40

Índice de Gráficos

Gráfico nº 1 – Despesas do Estado – Defesa Nacional.....	35
Gráfico nº 2 – Despesas do Estado – Defesa Nacional em Percentagem do PIB.....	36
Gráfico nº 3 - Despesas do Estado – Execução Orçamental por Algumas Funções...	36
Gráfico nº 4 – Distribuição da Despesa da Defesa por Serviços Centrais, EMGFA e Ramos.....	37
Gráfico nº 5 – Indicadores de Envelhecimento em Portugal.....	39

Índice de Tabelas

Tabela nº 1 – Objetivo geral e objetivos específicos.....	4
Tabela nº 2 - Questão central, questões derivadas e hipóteses.....	7
Tabela nº 3 - Participação em percentagem, no PIB mundial, com base na Paridade de Poder de Compra (Regiões).....	18
Tabela nº 4 - Participação em percentagem, no PIB mundial, com base na Paridade de Poder de Compra (Países).....	19
Tabela nº 5 - As despesas militares por país em percentagem do produto interno bruto.....	21



Tabela nº 6 - As despesas militares por país, em milhões de Dólares americanos, a preços constantes de 2011.....	21
Tabela nº 7 - Total de militares americanos presentes na Europa em 31 de Dezembro de 2013.....	24
Tabela nº 8 – Requisitos de Capacidades e Meios.....	42
Tabela nº 9 – Conjuntos de Forças e Meios.....	43
Tabela nº 10 – Cenários de Emprego das FFAA.....	45



Resumo

A conjuntura económica e financeira que tem preocupado a Europa, tem servido de pretexto para o seu desinvestimento na área da defesa e segurança. Contudo, a recentragem dos interesses estratégicos dos EUA na Ásia-Pacífico e a consequente deslocalização de forças americanas, da Europa para aquela região, fruto desta se ter tornado um polo mundial de poder económico e geopolítico que tem potenciado climas de insegurança e de tensão regionais, tem levado o velho continente a assumir mais responsabilidade no domínio da sua segurança e defesa. Por outro lado, a OTAN tem sentido as consequências da postura europeia de desinvestimento naqueles domínios, procurando incentivar os seus Estados-membros europeus a participar mais ativamente no âmbito da Organização. A UE, também se tem preocupado, com menos ênfase, com estes domínios, alertando os seus membros da necessidade de garantir capacidades militares capazes de promover a sua defesa e segurança. Como o contexto económico tem exigido contenções orçamentais, a Europa vê-se obrigada a repensar as suas FFAA, para garantir que a sua defesa e segurança são obtidas com economias de recursos. Pertencendo Portugal à Europa e à OTAN, não se pode abster de refletir nesta problemática, desta feita centrada nas suas FFAA, pois os imperativos de soberania assim o exigem.

No nosso trabalho de investigação procuramos levantar possíveis linhas de ação a implementar para o desenvolvimento de umas FFAA portuguesas, voltadas para o segundo decénio, e formuladas no quadro das Alianças em que nos inserimos, tendo sempre presente as restrições orçamentais e financeiras vigentes, a evolução do contexto geopolítico mundial e o cumprimento dos imperativos de soberania nacionais. As FFAA portuguesas do segundo decénio têm de ter capacidades que lhes permitam as eficientes concretizações das missões enquadradas nos quadros de empenhamentos politicamente definidos. Tais capacidades devem ser criteriosamente selecionadas, para garantir o referido num plano de economia de recursos, recorrendo-se à integração do que for integrável, à partilha do que puder ser partilhável e à manutenção do que for específico.



Abstract

The economic and financing crisis worrying Europe has been used as an excuse for non-investment in the areas of defence and security. However the re-centring of the strategic interests of the USA in the Pacific-Asia area and the sequential reallocation of American forces from Europe to that area, because of this area had become a world center for economical and geopolitical powers, has been generating insecurity and regional tensions leading the old continent to assume more responsibilities in the domain of security and defence. On the other hand, NATO has felt the consequences of European posture on non-investment on those domains, searching to persuade its European allies to participate more actively in the organization. The EU, worries less with this topic, however, has been alerting its member-states to ensure the required military capabilities for their defence and security.

Because of the crisis, budgets have been reduced and Europe nations need to re-think their armed forces, to insure their defence and security are attained with economy of efforts. Portugal is part of Europe and NATO and needs to reflect on this problematic of rethinking the armed forces, mainly motivated by the sovereignty aspect.

This investigation searches for possible courses of action to implement and for the Portuguese armed forces development, aiming for the second decennium and in line with NATO and EU, having in mind all the budgetary and financial issues that Portugal has in the present, and the possible evolutions of geopolitical world status, but having also in mind the national sovereignty imperatives.

The Portuguese armed forces for the second decennium, need to have capabilities allowing them to perform the required missions in the framework of the political commitments. Such capabilities need to be judiciously selected to ensure economy of effort, this means, integrating, sharing, pooling when possible, but maintaining the specific and key capabilities.



Palavras-chave:

Defesa, Forças Armadas, Capacidades Militares, Reforma do Sector da Defesa.

Keywords:

Defense, Armed Forces, Military Capability, Reform of the Defense Sector.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Abreviatura, Sigla ou Acrónimo	Significado
CCEM	Concelho de Chefes de Estado-Maior
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CI	Comunidade internacional
CIMIC	Cooperação Civil-Militar
DI	Defesa Inteligente
DOTMLPF	<i>Doctrine, organization, training, materiel, leadership, personnel and facilities.</i>
EEINP	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FND	Forças Nacionais Destacadas
FRI	Força de Reação Rápida
H	Hipótese
HHG	<i>Helsinki Headline Goal</i>
ISR	<i>Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
NBQR	Nucleares, bacteriológicos, químicos e radiológicos
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&S	<i>Pooling and sharing</i>
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Paridade de Poder de Compra
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
TN	Território Nacional
TO	Teatros de Operações
TRA	<i>Taiwan Relations Act</i>
ZIDA	Zona de identificação de defesa aérea



Introdução

Enunciado do tema e contexto de investigação

O tema que iremos desenvolver é oportuno e pertinente, pois as dinâmicas globais exigem-nos, permanentemente, a reflexão e o pragmatismo que adaptem as nossas Forças Armadas (FFAA) às realidades emergentes. O Mundo está em contínua mudança e é preciso saber interpretá-la. Os resultados para quem não souber adaptar-se à mudança, no quadro da Defesa de cada país, são nefastos e de difícil reparação. Assim, é um dever de cada Estado perceber essas dinâmicas, prospetar os seus resultados e acompanhar a mudança, procurando o equilíbrio entre a obtenção das capacidades capitais à sua defesa e as possibilidades que existem para as obter. E é no plano de convergência daquele imperativo e de tal equilíbrio que se devem encontrar soluções para umas FFAA eficientes, no sentido do cabal cumprimento das suas missões.

Num contexto económico-financeiro cada vez mais exigente, a harmonia entre o imperativo e as possibilidades exige a cada Estado, soluções finas e precisas, que proporcionem o atingir de metas com o menor custo. No tabuleiro da Defesa, isso exige visões esclarecidas sobre o implementar de tais soluções sem colocar em causa um dos fins últimos do Estado. Este trabalho não tem a ambição de desenhar tais visões, centradas nas nossas FFAA, mas antes proporcionar contributos para as mesmas.

Justificação do estudo

O início deste século tem-nos feito perceber e constatar a importância de não se descurar a mudança e a incerteza que ela arrasta, capaz de colocar em causa futuros de Nações com séculos de história, que se possam mostrar incautas quanto à adaptação aos novos paradigmas.

As *Forças Profundas* a que se refere Pierre Renouvin¹ (cit. por Nogueira, 2011b, p. 73) são, para nós portugueses, fatores diferenciadores e garantias de valor na obtenção de um futuro que pretendemos melhor. Nesse sentido, teremos de saber encarar as crises que nos envolvem, delas sabendo obter os máximos proventos, encontrando nas alterações do ambiente estratégico momentos de oportunidade, como ao longo dos séculos o soubemos bem-fazer, reorientando esforços no sentido do que melhor convier a Portugal.

Hoje, tal como no pretérito, ainda são válidas as opções pelo “hard-power” e “soft-power” ou, traduzindo, as apostas na segurança e defesa feitas através de instrumentos

¹ Pierre Renouvin (1893 – 1974), historiador francês, fundador da escola francesa do estudo da história das relações internacionais.



musculados -mais ao jeito das preferências dos Estados Unidos da América (EUA)- versus modelos de gestão de conflitos que privilegiem instrumentos de coercividade menos diretos, como os “comerciais” -mais ao gosto da Europa. Esta preferência tem levado a Europa a prosseguir numa estratégia de desinvestimento nos instrumentos do hard-power, apresentando deficiências em determinadas capacidades que a distanciam do seu aliado transatlântico, em termos de possibilidades de resposta a crises no seu espaço natural, de influência ou de interesse.

A emergência da região da Ásia Pacífico como novo centro geopolítico, geoeconómico e geoestratégico mundial, com atores que assumem protagonismo e importância na comunidade internacional (CI), como a China, tem reorientado as atenções do tradicional protetor da Europa, -os EUA- para essa região, ou, na opinião do General Valença Pinto, para a bacia do Pacífico (Pinto, 2014), vista como potencial fonte de preocupações na área da segurança mundial e de acrescidos conflitos de interesses. A preocupação americana em equilibrar os poderes naquela região e em diminuir as tendências hegemónicas regionais, tem-no feito retirar Forças do Velho Continente, o que pode provocar lacunas na sua defesa, caso a Europa não se resolva a assumir as suas responsabilidades, nesse e noutros campos. Impõe-se, assim, que a União Europeia (UE), desenvolva ainda mais e implemente uma verdadeira Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), assente, ou não, em modelos de partilha de capacidades como o *pooling & sharing*² (P&S), mas capaz de incutir confiança nos seus membros e credibilidade nos seus pares e potenciais adversários. A Europa tem, ainda, obrigações de complementaridade com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ao abrigo dos acordos de *Berlin Plus*, e na reciprocidade de tratamento e aprofundamento da parceria estratégica, consignada no novo conceito estratégico da OTAN³, podendo-lhe ser solicitada a cooperação em espaços que não são propriamente os seus⁴, o que lhe exige capacidade de resposta. Até porque, se a atuar só no seu espaço, deverá assumir no futuro repercussões nada despidiendas. Ninguém pode ignorar que, atualmente, vinte e dois elementos dos vinte e oito membros da OTAN pertencem, também, aos vinte e oito Estados-membros da UE.

Pela primeira vez após a implementação do tratado de Lisboa, o Conselho-Europeu,

² Significa “Mutualismo e partilhando”.

³ Aprovado em 2010 na Cimeira de Lisboa defende “a noção de *Abordagem Global (Comprehensive Approach)* e a articulação de meios civis e militares na resposta aos desafios de segurança ... e aprofundar as relações com os seus parceiros estratégicos, especialmente, com a UE” (OTAN, 2010).

⁴ Idem, no que respeita à “segurança cooperativa” que abriu a possibilidade de a Aliança ser influenciada e poder influenciar desenvolvimentos de segurança e políticos para além das suas fronteiras.



em 19-20 de dezembro de 2013, debateu o tema da Defesa, reiterando a importância da PCSD para o reforço da segurança dos cidadãos, para a paz e estabilidade global, em especial do nosso continente e sua vizinhança. Nesse debate, foram tratadas várias questões relevantes para as políticas de defesa dos Estados-membros, que poderão ter reflexo nas suas FFAA. Para Portugal interessa, acima de tudo, uma clara definição de posições por parte da UE para que, em tempo, possa tomar as suas próprias decisões, orientar o seu esforço e desenhar linhas de ação, considerando a perspectiva dual que sempre privilegiou, centrada no Atlântico e na Europa, sem esquecer que, no atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Conselho-de-Ministros, 2013a) a opção UE figura em primeiro lugar. Portugal tem, ultimamente, visto surgir um conjunto de orientações governamentais com influência no futuro das FFAA, nomeadamente o ciclo de reforma da “Defesa 2020” (Conselho-de-ministros, 2013b). Umas FFAA portuguesas modernas têm de ser desenhadas à luz do que são as missões próprias de soberania nacional, do apoio que têm de prestar no quadro de exigência nacional e dos compromissos que o nosso País tem para com as Organizações que integra. É com essa consciência que este trabalho deverá ser desenvolvido.

Objeto de estudo e sua delimitação

Em 2011, o Major-General Freire Nogueira, constatava a existência de novos centros e novas periferias e referia “ *A crescente importância da bacia do Pacífico, pode levar a supor que a estranha deslocação do mundo em direção a Oeste continua, apesar de tudo a acontecer...*” (Nogueira, 2011b). As dinâmicas mundiais parecem dar importância à região da Ásia-Pacífico, que tem atraído os EUA, ficando a Europa com a sua importância económica diminuída e, se assim for, inevitavelmente, perdendo, também, influência política. Portugal, pertencendo à UE, irá sentir os efeitos da redução dessa importância e influência. Interessa, assim, estudar os resultados que se podem fazer sentir no nosso País produzidos por aqueles efeitos, considerando os nossos compromissos com as Organizações a que pertencemos.

O tema que nos é atribuído já nos delimita no espaço temporal a que se deve reportar as conclusões da nossa investigação. Ao nele constar a expressão “...*para o segundo decénio do século XXI...*”, considerando que um decénio é um período de dez anos (Priberam, 2013), aquele espaço temporal incide no período entre 2010 e 2020.

O nosso estudo preocupar-se-á com as repercussões daqueles efeitos nas FFAA do nosso país, por forma a encontrarmos linhas de ação que, no quadro das exigências de soberania nacional e dos compromissos assumidos com as Organizações a que pertencemos,



possam garantir o cumprimento das suas missões. Quanto às Organizações suprarreferidas, limitaremos a nossa análise à UE e OTAN.

Como resultado final do nosso trabalho, elencaremos um conjunto de recomendações capazes de contribuir para que as nossas FFAA possam, com serenidade, credibilidade e eficiência, encarar um futuro que já se aproxima.

Objetivos da investigação

Veamos, agora, o propósito da nossa investigação, elegendo o Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE):

Tabela n° 1 – Objetivo geral e objetivos específicos

Fonte: Autor

OG	Definir as linhas-de-ação a implementar para o desenvolvimento de umas FFAA portuguesas, tendo em vista o segundo decénio do século XXI, formuladas no quadro das Alianças em que nos inserimos e tendo em consideração as fortes restrições económicas e financeiras vividas pelo nosso País, as reformas da defesa nacional e a evolução do contexto geopolítico mundial.
OE1	Identificar as principais consequências geopolíticas da emergência da região da Ásia Pacífico como centro de gravidade mundial;
OE2	Identificar as implicações resultantes, para a área euro-atlântica e para a segurança europeia, da centralidade na Ásia-Pacífico dos nossos aliados americanos;
OE3	Determinar a forma como as FFAA portuguesas podem lidar com a alteração do ambiente estratégico, considerando as possíveis adaptações a esse ambiente, levadas a efeito pelas Alianças de que fazemos parte.

Ao atingirmos estes objetivos estaremos habilitados a formular algumas recomendações que se espera sejam capazes de contribuir para umas FFAA credíveis, eficientes, modernas e prontas a enfrentar o futuro, no quadro da soberania nacional e dos compromissos com as Organizações de que o país faz parte.

Procedimento metodológico

Este trabalho obedece à metodologia de abordagem científica e ao constante na NEP/ACA-018 e NEP/ACA-010, aprovadas pelo IESM. Esta investigação estará próxima da empírica aplicada, utilizando a abordagem hipotética-dedutiva. Depois das leituras preliminares e da troca de impressões com diversas Entidades com conhecimentos no assunto, definimos o modelo de análise, suportado na Questão Central (QG) e nas Questões Derivadas (QD), ponderadas à luz do OG e dos OE. Após isso, procedemos às recensões de literatura especializada, recolhendo-se dados orientados para a resposta àquelas Questões. Consultámos, ainda, sites oficiais das Organizações a que Portugal pertence, a legislação nacional com interesse para o tema e tentámos manter-nos atualizados sobre a evolução dos



acontecimentos com influência no ambiente estratégico internacional. Depois de recolhermos os dados adequados, procedemos à sua confirmação, análise e interpretação. Após isso, tratámos de retirar conclusões e validámos o modelo de análise, atingindo o OG. Vejamos, agora, o percurso metodológico seguido na investigação.

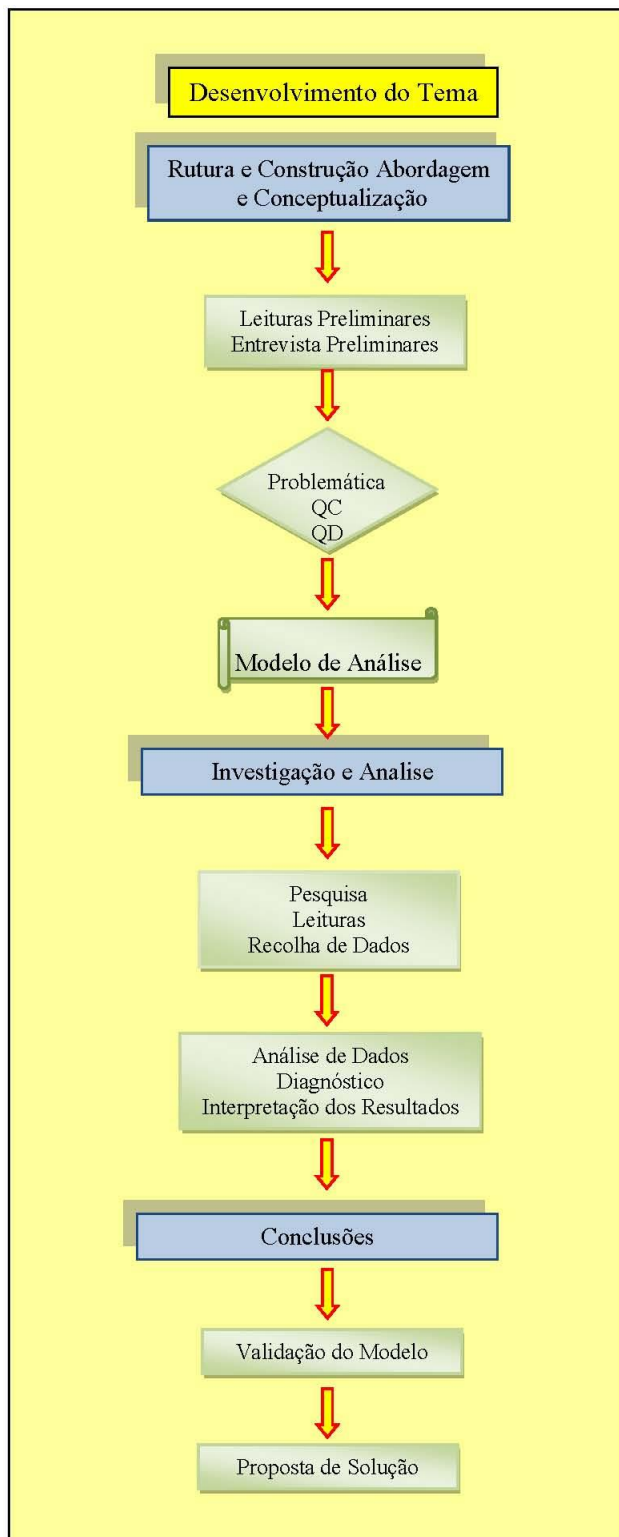


Figura nº 1 – Percurso Metodológico
Fonte: Autor



A figura nº 2 esquematiza a problematização teórica adotada.

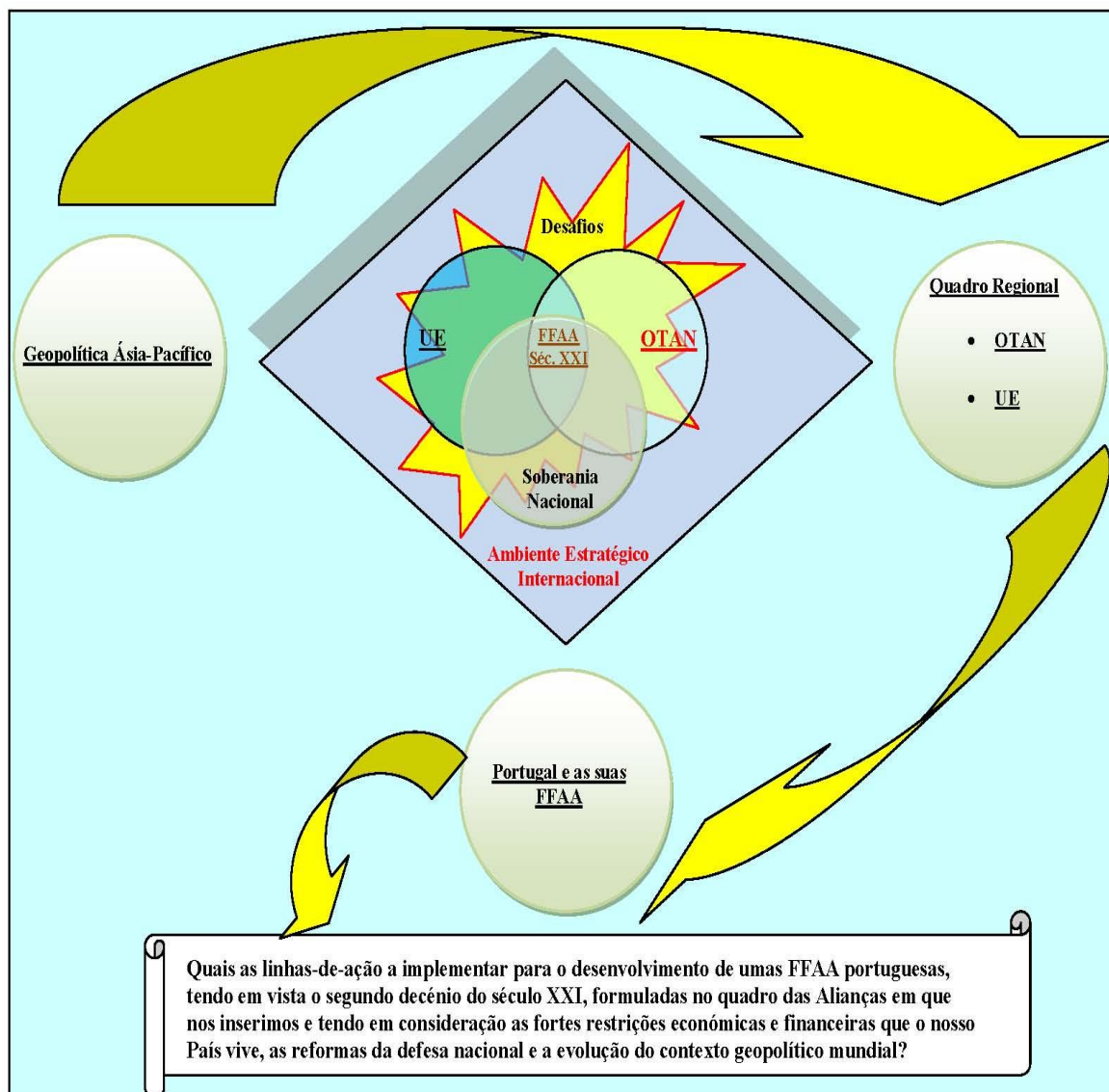


Figura nº 2 – Problemática Teórica.
Fonte: Autor.

Considerando o objeto de investigação, os OG e OE, formulámos a QC, as QD e Hipóteses (H) que constam na tabela nº 2:



Tabela n.º 2 – Questão central, questões derivadas e hipóteses.

Fonte: Autor.

QP	Quais as linhas-de-ação a implementar para o desenvolvimento de umas FFAA portuguesas, tendo em vista o segundo decénio do século XXI, formuladas no quadro das Alianças em que nos inserimos e tendo em consideração as fortes restrições económicas e financeiras que o nosso País vive, as reformas da defesa nacional e a evolução do contexto geopolítico mundial?
QD1	Quais as principais consequências geopolíticas, já sentidas, da emergência da região da Ásia Pacífico como centro de gravidade mundial?
H1	A emergência da região Ásia-Pacífico como centro de gravidade mundial tem potenciado as preocupações no âmbito da segurança internacional e do risco de conflitos de interesses, exigindo a redefinição das relações geopolíticas entre as principais potências mundiais.
QD2	Que implicações resultam, para a área euro-atlântica e para a segurança europeia, da centralidade na Ásia-Pacífico dos nossos aliados americanos?
H2	A alteração das prioridades de interesse geopolítico dos EUA, face à emergência da região Ásia-Pacífico, induz a OTAN a procurar mecanismos para apoio ao esforço dos Estados Unidos em equilibrar os poderes naquela região.
H3	As restrições económicas na Europa têm afetado o investimento europeu no setor da segurança e defesa mas, por motivo das alterações de prioridades do seu maior aliado, a EU será levada a assumir a maior parte das obrigações de segurança e defesa da sua área geográfica.
QD3	De que forma as FFAA portuguesas podem lidar com a alteração do ambiente estratégico, considerando as possíveis adaptações a esse ambiente, levadas a efeito pelas Alianças de que fazemos parte?
H4	O ambiente de dificuldades económicas e financeiras vivido na Europa, e de restrições nessas áreas, com que Portugal se debate, favorece o desenvolvimento das FFAA do nosso país por capacidades, tendo em conta o seu emprego autónomo e no âmbito das Alianças a que pertence.

No documento escrito as referências bibliográficas foram feitas através das facilidades automáticas conferidas pelo MSOffice Word.

Organização do estudo

Para além da Introdução e das Conclusões, parte onde fizemos algumas propostas e formulámos a resposta à nossa QC, o nosso documento contém três capítulos. No primeiro estudámos as consequências para a Europa advindas da emergência, no quadro geopolítico, geoestratégico e geoeconómico, da região da Ásia-Pacífico. No segundo analisámos as consequências para a OTAN e para a UE da emergência já referida. No último estudámos as repercussões de tais consequências nas FFAA nacionais e como estas podem fazer face ao futuro.



1. A situação geopolítica da região da Ásia- Pacífico

Neste capítulo pretende-se identificar as consequências geopolíticas para a Europa, da emergência da Ásia-Pacífico como centro de gravidade mundial, enfatizando aquelas que lhe exigirão medidas específicas enquadradas na sua segurança e defesa.

a. Características e tendências

Ultimamente “*O confronto ideológico e os impasses militares têm sido substituídos pela competição econômica no âmbito da globalização*” (Trenin, 2012, p. 9), na qual tem ressaltado a região da Ásia-Pacífico.

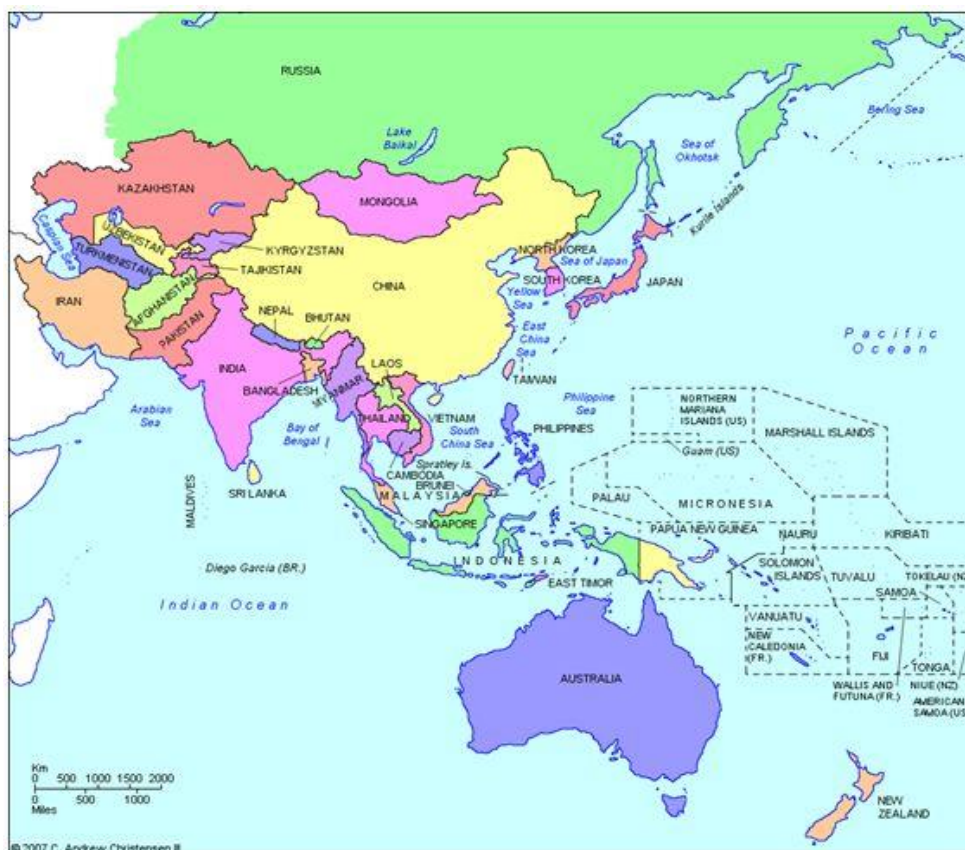


Figura n° 3 – Mapa da Ásia-Pacífico.

Fonte: <http://ashleylaurenturner.wordpress.com/category/asia-pacific-region-map/>

Essa região enquadra a Oceânia, a Ásia Meridional e a Ásia do Este, assumindo a centralidade das atenções globais. Nela encontram-se potências emergentes, quer economicamente como geopoliticamente, como a China, Rússia, Índia, Japão, Austrália, Coreias, Indonésia, Paquistão e outras. Ela constitui um polo de poder com importantes dinâmicas estratégicas e económicas, possuindo binómios de segurança-desenvolvimento próprios, colocando desafios aos valores ocidentais e à supremacia dos EUA. Nela se salientam, igualmente, elevadas dissimetrias socioeconómicas, revelando riscos e ameaças consubstanciadas nas disputas geográficas, nos rearmamentos, nos choques entre potências regionais, no terrorismo, na insegurança humana e energética (Tomé, 2013, p. 22).



Os EUA consideram a região vital para a sua política externa e relações diplomáticas, reconhecendo que a paz, a estabilidade e o crescimento dos países da Ásia-Pacífico podem estar em jogo, surgindo dela vastos e diversificados desafios, que aconselham relações por medida para cada país, com a certeza de que nenhuma relação bilateral será bem-sucedida se Washington não traçar sábias ligações com a China. Para os EUA a relação com a China, por si só, é um desafio, face à falta de confiança entre eles, às tensões regionais e às disputas de soberania que envolvem a China e atores com quem os americanos têm relações de amizade (Douglas H. Paal, 2013, p. 53).

Sendo a Europa um mercado em retração, a Rússia olha para a Ásia-Pacífico como o espaço geográfico onde pretende se afirmar, através de políticas diversificadas. Para tal, estabelece relações com a China para contrabalançar a influência dos EUA, e com o Japão e a Coreia, como estratégia de equilíbrio ao Sino-poder regional, preocupando-se em nunca comprometer a sua autonomia económica e de manobra, pelo investimento numa única linha de desenvolvimento (Freire, 2013, pp. 49-52). Um exemplo dessa tentativa de equilíbrio de poderes e de crescimento económico regional, foi o cancelamento do acordo, inicialmente considerado estratégico, realizado pela Yukos –empresa petrolífera russa-, de fornecimento de hidrocarbonetos à China, por um oleoduto com cerca de 2400Km e que a ligaria à Rússia. Esta cancelou-o, preferindo construir outro oleoduto, com cerca de 4000Km, ligando-se ao Japão, ignorando querelas antigas, como o diferendo sobre as ilhas Curilas⁵.

Aquele diferendo, não obstante as relações de interesse e comerciais, torna-se incómodo no restante tipo de relacionamento entre os dois países. Quando Medvedev visitou as ilhas, em 2010 e 2012, surgiram os protestos nipónicos e apelidou-se as visitas de provocatórias. Esse diferendo, bem como o sino-nipónico, tem legitimado a existência e a expansão das Forças de Auto Defesa do Japão⁶ e a afirmação do empenho do aliado americano na proteção do Japão. Deste modo, as relações Rússia-Japão preocupam o mundo, pois podem ter profundas repercussões na segurança do leste da Ásia (Morris, 2002, p. 3). Os EUA sendo o aliado principal do Japão, mantêm na região um comando naval, forças navais, do exército, da força aérea e um contingente de fuzileiros navais em Oki-nawa (Ibidem), tendo nos últimos anos reforçado tais meios.

⁵ Essas ilhas fizeram parte do tratado de paz de São Francisco, firmado em 1951, em que o Japão as cedia à União Soviética, mas que nunca foi assinado por esta, o que levou os nipónicos a reivindicá-las.

⁶ O Japão, em 2013, teve um orçamento de defesa de 68,1 mil milhões de dólares americanos, sendo o terceiro do mundo (IHS, 2014, p. 6)

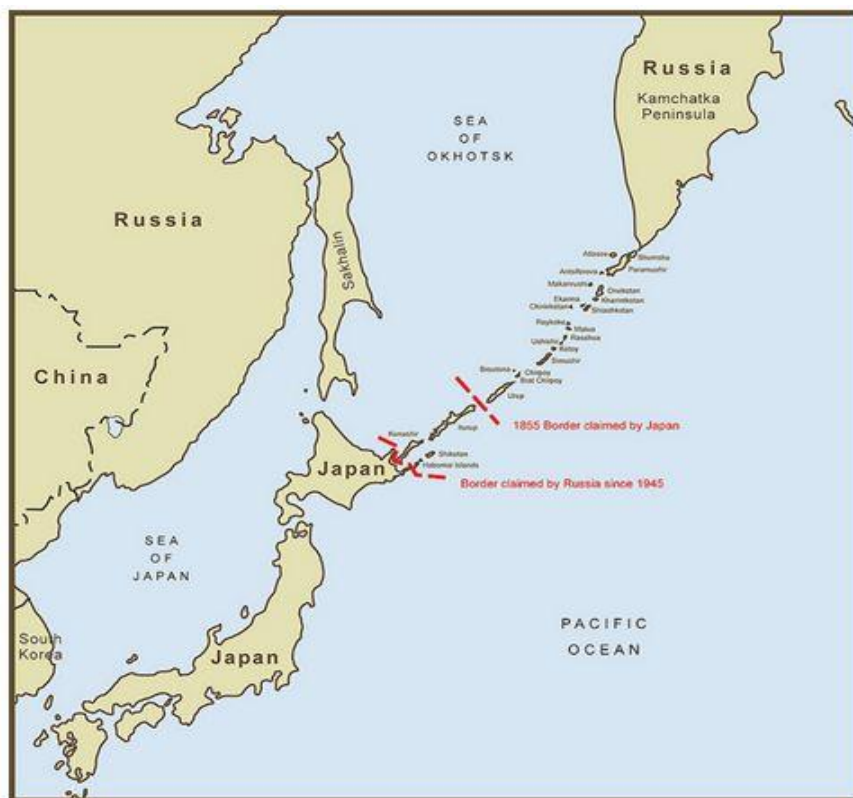


Figura n.º 4 – Diferendos de fronteiras entre Japão e Rússia – região das ilhas Curilas.
Fonte: <http://www.altid.it/2012/07/18/disputa-isole-curili-russia-pacifico/>

A proteção dos EUA ao Japão ficou ilustrada quando, em novembro de 2013, a China alargou a sua zona de identificação de defesa aérea (ZIDA) à região das ilhas Senkaku (para os japoneses) ou Diaoyu (para os chineses), reivindicadas por Pequim e Tóquio, e a zonas próximas da Coreia do Sul, país com quem Pequim alimenta controvérsias territoriais.



Figura n.º 5 – Diferendos de fronteiras entre Japão e China – região das ilhas Senkaku.
Fonte: <http://www.aereo.jor.br/wp-content/uploads/2013/11/frontera-size-620.jpg>



Para a China, o alargamento da ZIDA visa a salvaguarda da segurança territorial e no ar e de manter a vigilância dos voos em ordem (Ferreira, 2013). Para o analista Alexander Neil, isso é a afirmação da política de Xi Jinping de defender a integridade territorial do seu país (BBC, 2013a), mesmo aumentando a tensão regional.



Figura n.º 6 – Zona de Identificação de Defesa Aérea China.

Fonte: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-sul-ameaca-alargar-espaco-de-defesa-em-resposta-a-china-1614457>

Os EUA em apoio ao Japão, conduziram, em novembro de 2013, exercícios navais com esse país, sobrevoando, sem aviso, em desafio à China, aquela região, com aviões B-52. Já em março de 2014, um avião de transporte Y-8 e dois bombardeiros H-6 chineses sobrevoaram o mar da China oriental, perto das ilhas Senkaku, fazendo com que caças aéreos japoneses acompanhassem aqueles voos (Mundo-nipo, 2014). Já em fevereiro de 2013, uma fragata chinesa, a leste do mar da China, tinha apontado os radares de aquisição/seguimento de alvos navais, a um navio japonês, levando o Japão a protestar junto de Pequim (BBC, 2013b).

A própria Coreia do Sul, face ao alargamento unilateral da sino-ZIDA, fez transitar caças aéreos pela região, sem informar ou identificar-se perante a China, como afirmação da sua discordância. Ainda manifestou, em 20 de novembro de 2013, o interesse de expan-



dir a sua própria ZIDA, caso Pequim não excluísse da sua o rochedo submerso Socotra, cuja soberania é reclamado pela Coreia do Sul (Martins, 2013). Perante toda esta a tensão, Catherine Ashton manifestou a preocupação da UE, face ao procedimento unilateral da China e a escalada que se estava a assistir na Ásia-Pacífico (UE, 2013).

Por outro lado, a integração de Taiwan⁷ é uma obsessão para a China. A questão não é o que Taiwan ganha com isso, mas antes o que a China atinge com ela. Para esta, tal é uma questão histórica⁸, de honra⁹, estratégica¹⁰ e geoeconómica¹¹, pois Taiwan é mais do que um pedaço de um território histórico.

Pequim tem tentado obter a necessária liberdade de ação nesta matéria, tendo mesmo feito concessões à Rússia. De facto, quando em 2001 a China e a Rússia assinaram o “Tratado de Boa Vizinhança e de Cooperação Amigável”, foi afirmado que não havia reclamações territoriais a fazer, tendo os chineses prescindido de cerca de 1,5 milhões de quilómetros quadrados de território, tomado pela Rússia no século XIX à dinastia Qing (Lai, 2011, pp. 100-101). Aquele território estava perdido para a China, sendo escassamente povoado e coberto, grande parte do ano, de neve. Com a sua cedência, a China comprou a paz com a Rússia, tão necessária ao seu desenvolvimento económico. Além disso, caso pretenda usar da força contra Taiwan, enfrentando os EUA face ao seu compromisso de defesa com aquela ilha, garantiu que a Rússia não lhe criaria problemas na fronteira junto ao território cedido e, até, possivelmente, apoiaria os chineses naquela luta (Lai, 2011, p. 101).

Taiwan tem sido um protetorado americano desde do tempo do General MacArthur, sendo considerada pelos EUA como vital para os seus interesses e segurança nacional. Como é compreensível, para a China, a ilha é mais vital para a sua segurança nacional do que para a dos EUA, pois considera-a como um ameaçador porta-aviões inafundável, controlado pelos americanos, que fica apenas a 90 quilómetros da sua costa, e que nega o acesso direto ao Pacífico (Lai, 2011, p. 104). A posição da América em relação a Taiwan está

⁷ Também conhecida por Formosa (designação portuguesa) ou República da China.

⁸ Taiwan foi descoberta pelos portugueses e pertenceu à China desde 1662 até 1895, ano em que foi conquistada pelos japoneses, tendo voltado ao domínio chinês em 1945. Após a vitória dos comunistas, em 1949, sobre os nacionalistas, estes fugiram para Taiwan, recebendo apoio americano para não ser submetida ao domínio comunista da China.

⁹ Ter a escassos quilómetros da sua costa um “naco” de terra apoiado pelos EUA, que não se submete à poderosa República Popular da China, é uma humilhação para esta.

¹⁰ A ilha pode funcionar como um imenso porta-aviões ou base de ataque à potência do outro lado do canal, controlando, ainda, o tráfego naval no mesmo. Taiwan é, também, uma zona “tampão” à potência continental e que, sendo integrada na China, pode-lhe conferir “projeção oceânica” (Tomé, 2013, p. 23).

¹¹ Taiwan é uma das mais frementes economias regionais, que poderá potenciar o “socialismo de mercado” da China (Tomé, 2013, p. 25).



expressa no *Taiwan Relations Act* (TRA)¹², onde consta:

- Uma declaração de que a manutenção da paz e estabilidade na área é do interesse político, de segurança e económico dos EUA e matéria de preocupação internacional;
- Qualquer esforço de determinar o futuro de Taiwan que não seja pela paz, incluindo boicotes ou embargos, seria considerado pelos EUA como uma preocupação e uma ameaça à paz e segurança do Pacífico, podendo os americanos fornecerem armas defensivas à ilha;
- Os EUA reservavam-se o direito de resistir a formas de coerção, que coloquem em risco a segurança e o sistema socioeconómico das pessoas em Taiwan (Lai, 2011, p. 110).

A China não considera válido o TRA, evocando que é uma lei americana sem valor internacional, afirmando que não interfere nos assuntos internos dos EUA, esperando que estes não interfiram nos seus, não acreditando que represente um desafio para América, mas considerando que esta, através da venda de armas a Taiwan e com as suas alianças e cooperações militares regionais, é que constitui um desafio à China (Zicheng, 2011, p. 4).

A unificação e o desenvolvimento da China como potencia mundial, são consideradas pelos chineses como sendo uma e a mesma coisa (Idem, p. 241), mas ainda não há certezas se essa unificação pode ser obtida por processos pacíficos ou violentos, se pelo desenvolvimento, ou se o pode obstar. E, existindo violência, será que isso não irá arrastar para o conflito os EUA, por força dos seus deveres quanto à defesa de Taiwan?

A China na luta pela ilha, tem despoletando crises no estreito de Taiwan. Em 1954-55 tomou as ilhas Yijiangshan, levando Taiwan a abandonar as ilhas Tachen, tendo os EUA ameaçado usar as armas tácticas nucleares (GlobalSecurity.org, 2011a). Na sequência disso, em 1958, a China a bombardeou as ilhas de Quemoy e Matsu, fortificadas por Taiwan, tendo os EUA enviado a Sétima Esquadra Naval para aquela região, desembarcado artilharia e desenvolvido planos para ataques nucleares a Shangai, Guangzhou e Nanjing, tendo as armas nucleares, então estacionadas em Taiwan, só dali sido retiradas em 1974 (GlobalSecurity.org, 2011b). De julho de 1995 a março de 1996 a China disparou por duas vezes mísseis para as águas de Taiwan, tendo os EUA reforçado os meios navais na região (GlobalSecurity.org, 2011c).

Em outubro de 2013, o presidente de Taiwan admitiu à Euronews a necessidade de

¹² Promulgado pelo Congresso americano, em sinal de censura ao presidente Carter por ter deixado expirar, no ano anterior, numa tentativa de aproximação à China, um tratado de defesa com Taiwan.



resolução dos problemas territoriais com a China e que esta é um dos seus principais parceiros comerciais (Euronews, 2013). Estas palavras demonstram processos de intenção e não formas de atingir esse fim. Para o conseguir, há que contar com as intenções e interesses da China, mas também dos EUA.



Figuranº 7 – Taiwan e o Estreito de Taiwan.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Taiwan_Strait.png

A Coreia do Norte tem sido outra fonte de tensão regional, em especial contra a Coreia do Sul. Em 13 de março de 2014 disparou 16 mísseis de curto alcance, para o mar do Japão, em protesto contra os exercícios conjuntos EUA-Coreia do Sul (TVI24, 2014). Já em 2010 tinha feito disparos de artilharia sobre a ilha de Yeonpyeong, reivindicada por si e pertencente à outra Coreia, provocando dois mortos e 13 feridos, tendo esta ripostado com tiros de artilharia e voos de caças (AFP, 2010). Nessa região já houve registo de graves incidentes navais, em 1999, 2002, 2009 (Ibidem) e em fevereiro de 2014 (Voz-da-Rússia, 2014).



COREIA DO NORTE ABRIU FOGO CONTRA COREIA DO SUL

Ilha sul-coreana foi atacada com morteiros, matando dois marinheiros e incendiando prédios ao redor. Forças sul-coreanas revidaram lançando caças F-16



Figura n° 8 – Ataque à Ilha de Yeonpyeong, em 23 de novembro de 2010.
Fonte: <http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/artilharia-norte-coreana-abre-fogo-contra-ilha-sul-coreana,c1e8e8ce91cea310VgnCLD200000b6bceeb0aRCRD.html>

A Coreia do Norte tem feito pouco credíveis ameaças de ataques nucleares aos territórios dos EUA e, outros mais credíveis, à outra Coreia. Em 29 de março de 2013, reforçou o seu estado de guerra com a Coreia do Sul, suscitando acrescidas preocupações ao mundo. Estas ações resultaram de sanções impostas pela ONU em 07 de março de 2013, em virtude do seu bem-sucedido terceiro teste nuclear, realizado em 12 de fevereiro, no campo de Punggye-ri. Em dezembro de 2012, Pyongyang testou um míssil balístico de longo alcance e em abril de 2012 ameaçou reativar o reator nuclear de Yonbyon. De imediato os EUA reagiram, reforçando a sua Força naval na região e instalando equipamentos antimíssil na ilha de Guam. Além disso a Coreia do Sul desenvolveu mísseis de longo alcance, capazes de atingir a Coreia do Norte (Pinto, 2013).

Os testes nucleares de Pyongyang têm merecido o repúdio da ONU e da CI, em especial da UE, dos EUA, da Coreia do Sul, da China e da Rússia. A Coreia do Norte tem sido, ainda, alvo de denúncias da ONU, pelos atentados à liberdade e os direitos humanos, nomeadamente a protagonizada em 19 de dezembro de 2011 (JN, 2011), ou em 17 de fevereiro de 2014, esta em forma de relatório (AFP, 2014). As dinâmicas sociais desse país, nomeadamente a fome do seu povo, tem-no feito optar por uma fuga para a frente, apelando ao nacionalismo e à luta contra o ocidente. É nesse contexto que se entende a sua escalada no diapasão da tensão.

Na Ásia-Pacífico existem, ainda, as relações conturbadas entre a Índia e o Paquistão, duas potências que, desde 1998, pertencem à lista dos países com armas nucleares. Esses países mantêm, há tempos, contenciosos sobre a posse de Caxemira, cujos 2/3 do seu

território é indiano e o restante paquistanês.

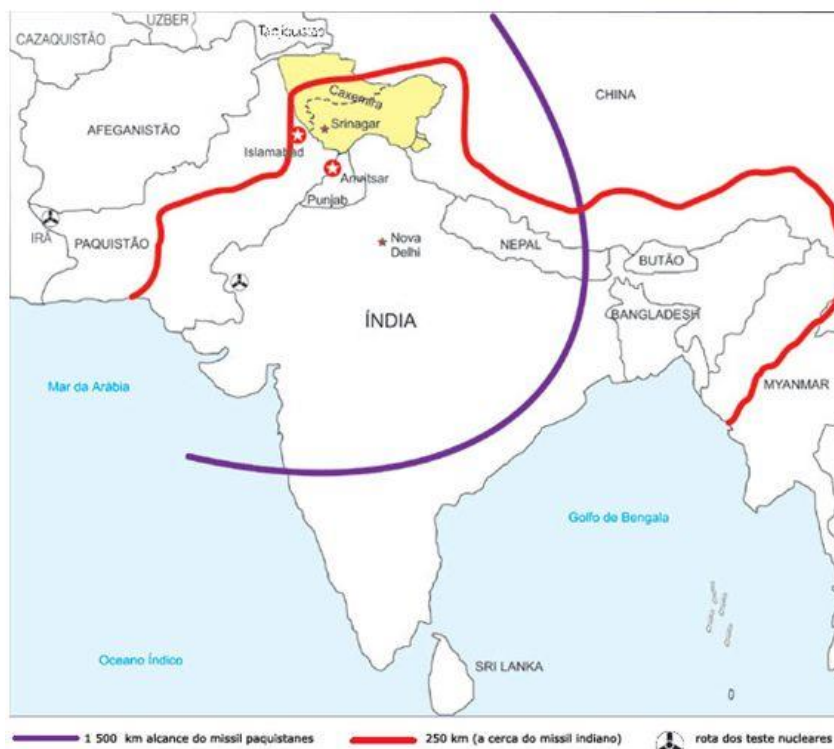


Figura n° 9 – Índia, Paquistão, Caxemira e o alcance dos mísseis daquelas potências nucleares.
Fonte: http://www.curso-objetivo.br/vestibular/roteiro_estudos/armas_nucleares.aspx

Caxemira é maioritariamente muçulmana, sendo por isso reivindicada pelo Paquistão. Nova Deli acusa Islamabad de apoiar o secessionismo e o terrorismo islâmico em Caxemira, espalhando-se esse terrorismo por toda a Índia (Mongiardim, 2011, p. 12). Pequim, Washington e Bruxelas tem apoiado Islamabad, estes na esperança de que possa combater o terrorismo islâmico e os *talibans* (Ibidem). Ultimamente, os EUA mudaram a retórica relativamente ao Paquistão, quanto ao combate ao terrorismo. Onze anos de empenhamento e de investimento de milhões de dólares por parte dos EUA no Paquistão, não alteraram a perceção do governo deste país sobre o seu ambiente de segurança e de como fazer as suas escolhas para lidar com ele. Tem-se revelado quase inexistente a convergência de interesses entre a América e o Paquistão, limitando-se este a cooperar minimamente na luta contra o terrorismo no Afeganistão, para comprar assistência americana às suas forças militares, utilizando-a, depois, contra a Índia, o que vai contra os interesses americanos (Chayes & Grare, 2012, pp. 40-41). O ataque de 09 de outubro de 2012 dos talibans contra a jovem estudante de catorze anos, Malala Yousafzai, foi a afirmação de que os problemas internos do país interferem mais na segurança do mesmo do que a ameaça da Índia, parecendo haver uma obsessão por parte do Paquistão em relação ao seu vizinho, que pode diminuir (Mathews, 2012, p. 13), mas não terminar.

O Irão, outro ator regional, parecia ter pretensões a potência nuclear. Atualmente,



parece ter abandonado essas pretensões, existindo desconfianças relativamente à mudança, em especial de Israel. Os EUA parecem acreditar nas palavras iranianas, sendo as mesmas reforçadas pelos relatórios da Agência Internacional de Energia Atômica, como o de 21 de março de 2014, que confirma que o Irão está cumprindo o acordo assinado em novembro de 2013, diluindo cerca de 75 quilos de urânio enriquecido a 20%, até níveis inferiores a 5%. (EFE, 2014). As expectativas do mundo são, neste assunto, bastante elevadas, seguindo todos os seus desenvolvimentos.

A Rússia tem procurado, nesta região, recuperar o protagonismo da URSS. As políticas multivetoriais russas definem prioridades, incidindo a primeira sobre a Comunidade dos Estados Independentes, área de influência e de interesse indiscutível da Rússia. A segunda, engloba a dimensão este/ocidente, incidindo sobre a UE, os países Europeus, os EUA e a Ásia-Pacífico. Por fim, vem a dimensão do Médio-Oriente, da América central e do sul e a África. Essas políticas visam atenuar a monodependência da sua economia, assente no sector energético, e as suas deficiências tecnológicas.

Os recentes desenvolvimentos na Crimeia, que originaram as sanções económicas da UE e dos EUA à Rússia, conjugados com a desaceleração económica europeia, o desenvolvimento acelerado da Ásia-Pacífico e a procura russa do progresso tecnológico e de poder, têm impellido aquele país para a região com quem tem uma substancial fronteira terrestre e onde estão os países que têm imprimido o ritmo económico ao mundo. Desta forma a Rússia pretende garantir a segurança das suas fronteiras do leste, fugir à síndrome da economia monosetorial e cativar investimento e saber tecnológico do Japão, Coreia e China, necessários ao seu desenvolvimento, em especial da Sibéria oriental.

Na cimeira de setembro de 2012 da *Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC)*¹³, Putin afirmou que a Rússia integrava a Ásia-Pacífico e que essa área representava, para esse país, muito mais do que oportunidades de negócio, estas consideradas causas e propósitos para conjugar esforços (Putin, 2012). A Rússia tem estado interessada em estabelecer relações de cooperação, que permitam a inclusão política e económica com países em que o seu apoio, no passado, foi decisivo no desenvolvimento das dinâmicas dos movimentos de libertação, tal como a China, a Índia, a Indonésia, o Laos, o Vietname e o Camboja (Lavrov, 2012), mas também com outros, como a Nova Zelândia e a Austrália.

A conjugação das prolíferas e diversas tensões, com o elevado poder económico

¹³ Esta organização trata os seus afiliados por “economias membros”, e não “estados membros”, para não ferir suscetibilidades, pois inclui Taiwan e a China.



dos atores regionais¹⁴, com a luta pelo poder e com as desconfianças endémicas e históricas, têm levado a dilemas de segurança, que potenciam ainda mais aquelas tensões. A arquitetura de segurança da Ásia-Pacífico tem estado, historicamente, em permanente mutação, devido às agendas próprias de segurança, às interações e estratégias de cada ator presente na região, às relações bilaterais e multilaterais que se alteram ao som dos interesses do momento, aos jogos de poder ali existentes, às tentativas de afirmação de um sino-centrismo, contrariada pela expansão económica do Japão, pela perscrutação de um lugar naquele tabuleiro da Rússia e pela afirmação dos interesses americanos.

Naquela região, cruzam-se, numa miríade de regimes políticos, não estando claras as correlações entre desenvolvimento social e económico, ou entre desenvolvimento económico e regime político. As lógicas políticas ainda não se libertaram do jugo da história, como ilustram os desideratos da Coreia do Norte e do Sul quanto à sua unificação (ambas pretendem-na) ou da China e de Taiwan quanto à sua reunificação (a primeira pretende e a segunda afasta-a).

Nas últimas décadas a região atraiu poder estratégico e económico, havendo um crescimento acentuado dos produtos internos brutos (PIB), dos volumes de importações e exportações, estando estes bem acima da média mundial (Tomé, 2013, p. 27). Na tabela seguinte encontram-se os dados da participação, em percentagem, no PIB mundial (em Paridade de Poder de Compra (PPP)) das principais regiões mundiais, estimando-se e projetando-se 2013, 2014 e 2015 (IMF-Data-Mapper, 2013).

Tabela n.º 3 - Participação em percentagem, no PIB mundial, com base na Paridade de Poder de Compra (Regiões).
Fonte: (IMF-Data-Mapper, 2013)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2013	2014	2015
Africa (Region)	4,178	4,101	3,838	3,326	3,428	3,679	3,989	4,066	4,139	4,197
Asia and Pacific	21,107	23,862	26,69	28,574	29,304	32,027	36,859	39,164	39,789	40,348
Caribbean	0,291	0,266	0,246	0,226	0,237	0,226	0,23	0,223	0,222	0,221
Central America	0,427	0,374	0,343	0,35	0,355	0,346	0,356	0,372	0,373	0,373
Middle East (Region)	3,625	3,4	3,1	3,136	3,15	3,648	3,983	3,871	3,862	3,854
North America	30,496	30,974	30,173	27,823	28,693	27,043	23,877	23,169	22,958	22,82
South America	7,694	6,827	6,254	6,214	5,709	5,492	5,866	5,923	5,899	5,875
Western Europe	29,309	27,569	27,154	24,176	23,267	21,166	18,541	17,064	16,674	16,285
Western Hemisphere (Region)	38,908	38,44	37,016	34,613	34,994	33,107	30,33	29,688	29,451	29,288
European Union	30,882	28,936	28,172	25,75	24,803	22,865	20,258	18,701	18,287	17,878

Nela verifica-se que a Ásia-Pacífica teve a maior evolução na participação no PIB mundial, com um incremento incomparável aos das outras regiões, de 15,752 pontos per-

¹⁴ Dos cinco países emergentes, conhecidos pelos BRIC, somente o Brasil não se encontra na Ásia-Pacífico, pois os outros (Rússia, Índia e China) fazem parte dessa região.



centuais entre 1980-2010. A sua diferença de ano para ano demonstra crescimento, enquanto a África e o Médio Oriente apresentam uma regressão até 2000 e, a partir daí, apresentam variâncias de algumas décimas. Já as Américas (*Western Hemisphere Region*) e a UE apresentam reduções significativas e ao longo dos anos. Estes valores enfatizam a importância económica assumida pela Ásia-Pacífico. A figura seguinte dá-nos a mesma informação, estando bem patente a abrupta e continua subida da curva da Ásia-Pacífico e as descidas, mais ou menos acentuadas, da maior parte das restantes regiões.

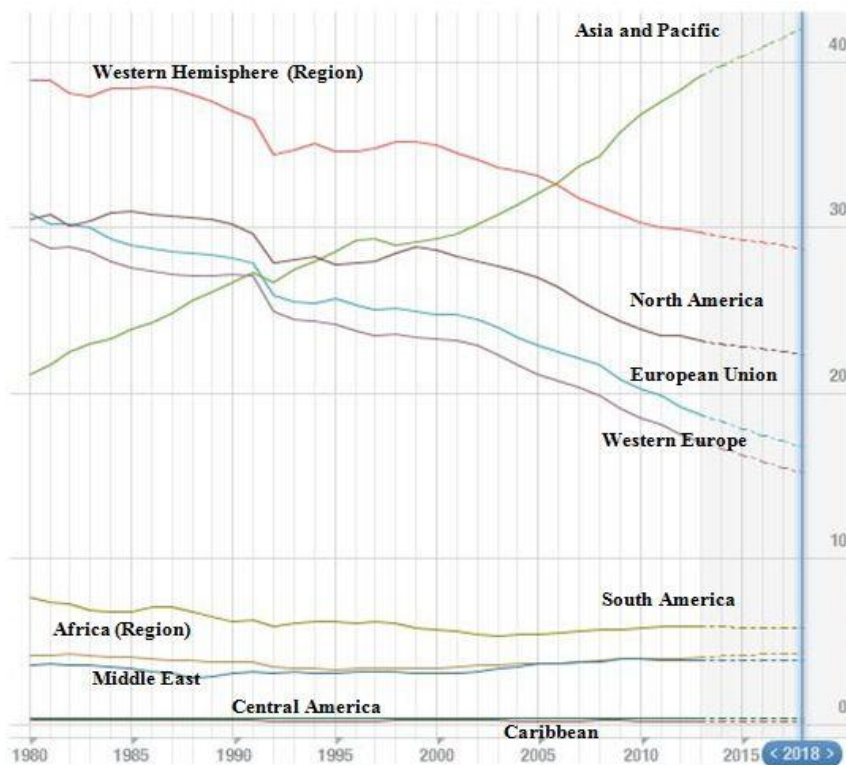


Figura n.º 10 – Gráfico das Participações em percentagem, no PIB mundial, com base na Paridade de Poder de Compra (Regiões).

Fonte: Adaptação de (IMF-Data-Mapper, 2013)

Os dados apresentados desta forma não dão a ideia das assimetrias regionais. A tabela seguinte permite visualizar o crescimento não uniforme da Ásia-Pacífico.

Tabela n.º 4 - Participação em percentagem, no PIB mundial, com base na Paridade de Poder de Compra (Países).

Fonte: (IMF-Data-Mapper, 2013)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2013	2014	2015
Australia	1,286	1,301	1,291	1,206	1,228	1,198	1,162	1,151	1,143	1,132
China, People's Republic of	2,177	3,154	3,839	5,593	7,046	9,307	13,37	15,426	15,98	16,458
India	2,58	2,887	3,212	3,363	3,717	4,368	5,514	5,723	5,812	5,943
Indonesia	0,946	1,035	1,168	1,365	1,171	1,223	1,366	1,482	1,51	1,54
Japan	8,762	9,402	9,998	8,765	7,608	6,748	5,795	5,454	5,334	5,191
Korea, Republic of	0,772	1,035	1,416	1,691	1,813	1,903	1,938	1,921	1,924	1,925
Malaysia	0,285	0,318	0,37	0,475	0,499	0,544	0,572	0,606	0,614	0,621
New Zealand	0,225	0,224	0,197	0,185	0,18	0,18	0,161	0,157	0,156	0,154
Pakistan	0,445	0,532	0,588	0,61	0,617	0,636	0,649	0,662	0,656	0,653
Russian Federation	n/a	n/a	n/a	2,906	2,619	2,944	2,959	2,95	2,935	2,923
United States	24,953	25,568	25,127	23,326	24,009	22,72	19,92	19,29	19,113	19,008
Vietnam	0,143	0,174	0,183	0,222	0,258	0,336	0,386	0,414	0,421	0,427



Dela retira-se que a China tem tido um crescimento abrupto e contínuo, com uma variação, entre 1980-2010, de cerca de 11,193 pontos percentuais, sendo acompanhada, de longe pela Índia, pois em igual período teve um aumento de 2,9 pontos percentuais. Já o Japão apresenta, desde 1990, um decréscimo, correspondente à diminuição do crescimento da sua economia. Os restantes países, de um modo geral, têm incrementos de pouca expressão. O gráfico seguinte dá-nos a ideia dos crescimentos destas economias. Nele consta a evolução da economia Americana, pois é um ator nas dinâmicas da Ásia-Pacífico.

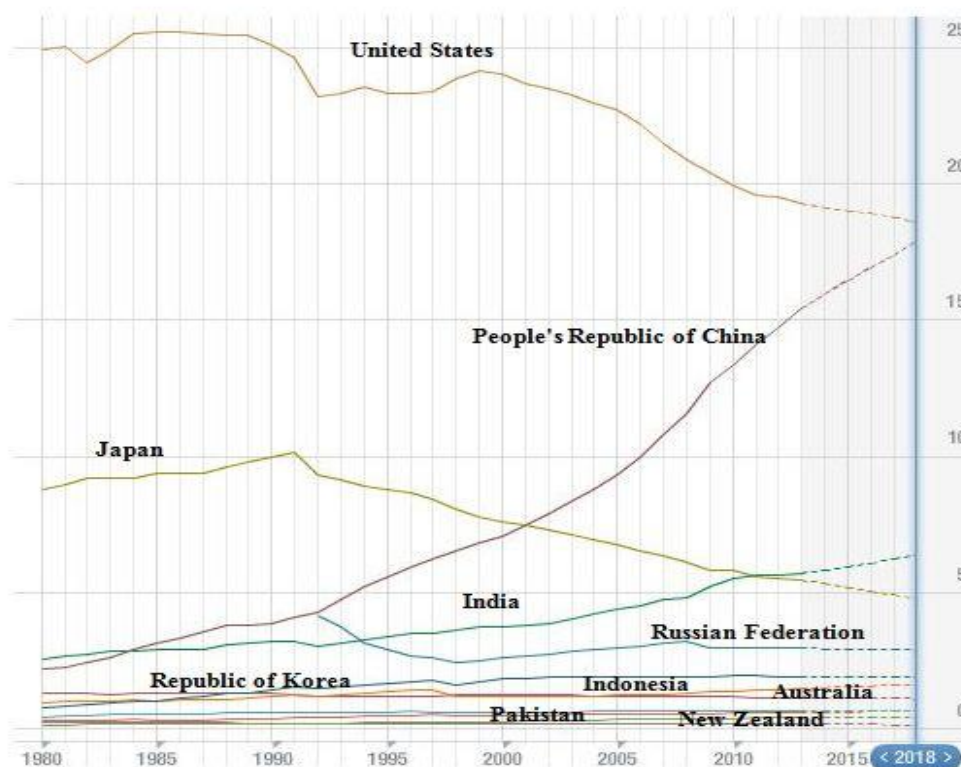


Figura n° 11 – Gráfico das Participações em percentagem, no PIB mundial, com base na Paridade de Poder de Compra (Países).

Fonte: Adaptação de (IMF-Data-Mapper, 2013)

As assimetrias expressas na tabela e gráficos supra traduzem-se nas necessidades de recursos, nomeadamente energéticos, levando a dependências dos mercados externos fornecedores e a uma “guerra” nas suas aquisições, com repercussões nas políticas internas e externas desses atores, surgindo dilemas de segurança energética.

A maior disponibilidade económica dos países da região tem os seus reflexos na corrida armamentista, na procura do incremento das capacidades militares, nos equilíbrios geopolíticos e na competição estratégica regional. Na tabela seguinte, apresenta-se as percentagens do PIB que os países da região e os EUA gastam em despesas militares (SIPRI, 2013).



Tabela nº 5 - As despesas militares por país em percentagem do produto interno bruto.
Fonte: (SIPRI, 2013)

País	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
USA	5,3	3,8	3,0	4,0	3,9	4,0	4,3	4,8	4,8	4,7	4,4
Cambodía	2,1	3,6	2,2	1,2	1,3	1,1	1,2	2,3	1,6	1,5	1,6
China, P. R.	2,5	1,7	1,9	2,1	2,1	2,1	2,0	2,2	2,1	2,0	2,0
Indonesia	0,9	0,8	..	0,8	0,7	0,8	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8
Japan	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Korea, South	4,0	3,0	2,6	2,6	2,6	2,6	2,8	2,9	2,7	2,8	2,7
Malaysia	2,6	2,8	1,6	2,2	2,0	2,1	1,9	2,0	1,6	1,7	1,5
Mongolia	4,3	1,6	2,0	1,2	1,1	1,3	1,2	0,8	0,9	1,0	1,1
Myanmar	3,4	3,7	2,3	1,6	3,4	4,2
Philippines	2,1	2,3	1,6	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2
Singapore	4,9	4,4	4,6	4,4	4,0	3,7	3,9	4,1	3,6	3,5	3,6
Taiwan	5,3	4,2	2,7	2,2	2,0	2,1	2,2	2,4	2,1	2,1	2,3
Thailand	2,7	2,3	1,5	1,1	1,1	1,3	1,6	1,9	1,5	1,6	1,5
Viet Nam	7,9	1,9	2,1	2,5	2,3	2,5	2,5	2,2	2,4
India	3,2	2,7	3,1	2,8	2,5	2,3	2,6	2,9	2,7	2,6	2,5
Pakistan	5,8	5,3	3,7	3,4	3,3	3,0	2,8	2,8	2,6	2,7	2,7
Russia	12,3	4,4	3,7	3,9	3,8	3,7	3,7	4,6	4,3	4,1	4,4
Australia	2,1	2,0	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,8	1,7
New Zealand	1,8	1,4	1,2	1,0	1,0	1,0	1,1	1,2	1,2	1,1	1,1

Nela ressalta a elevada percentagem do PIB gasto em despesas militares, pela Rússia e pelos EUA. Também a China, Índia, Coreia do Sul, Mianmar, Singapura, Vietname, Paquistão e Taiwan têm gasto expressivas percentagens nessa dimensão. A China e a maioria dos países da região, ao longo dos últimos dez anos, tem sido constante nessa percentagem. Contudo, a Rússia tem aumentado, nos últimos cinco anos, os gastos em despesas militares. Vejamos, agora, tais gastos reportados em milhões de dólares americanos, a preços constantes de 2011.

Tabela nº 6 - As despesas militares por país, em milhões de Dólares americanos, a preços constantes de 2011
Fonte: (SIPRI, 2013)

País	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
USA	527174	411675	394155	579831	588837	604292	649010	701087	720386	711402	668841
Cambodía	89,5	182	136	114	140	128	135	264	194	192	210
China, P. R.	19820	23059	37040	71496	84021	96906	106774	128869	136467	146154	157603
Indonesia	1739	2127	..	3643	3699	4448	4150	4336	5092	5705	7048
Japan	47802	56827	60288	61288	60892	60574	59140	59735	59003	59572	59242
Korea, South	15059	18617	20031	24722	25613	26773	28525	30110	29912	30884	31484
Malaysia	1807	2993	2441	4543	4446	4964	5077	4792	4186	4807	4662
Mongolia	143	50,2	52,2	52,1	63,9	83,8	78,8	51,6	64,4	87,2	108
Philippines	1907	2267	2186	2322	2401	2630	2630	2532	2657	2701	2815
Singapore	3802	5341	7327	8645	8718	9055	9126	9430	9250	9218	9249
Taiwan	11406	12313	10384	9412	9030	9555	9729	10479	9903	9998	10513
Thailand	3983	5195	3180	3070	3199	4216	4962	5917	5227	5520	5334
Viet Nam	1682	1572	1850	2386	2350	2581	2878	2686	3397
India	18807	19611	27653	36054	36225	36664	41585	48963	49159	49634	48255
Pakistan	4259	4790	4630	6153	6224	6250	5899	6078	6251	6547	6630
Russia	291082	36834	32515	50505	56417	61824	67986	71566	72918	78330	90646
Australia	15330	16313	17994	21414	22562	23947	24820	26676	27006	26610	25555
New Zealand	1689	1514	1512	1504	1583	1649	1705	1808	1838	1792	1809



Em 2012 a China gastou cerca de 157 milhões, a Rússia cerca de 90 milhões, o Japão cerca de 59 milhões e a Austrália cerca de 25,5 milhões, tudo indexado a Dólares Americanos. Da tabela ressalta que a China, a Coreia do Sul, a Mongólia, as Filipinas, a Singapura, Taiwan, o Vietnã, o Paquistão e a Rússia tem incrementado, normalmente, essas despesas. Já os EUA, apesar de estar a reduzir essas despesas, gastou mais, em cada ano, com meios militares, de que o somatório de todos os outros atores¹⁵.

A América, no contexto da crise económica e financeira mundial, para garantir a supremacia militar mundial, tem de fazer opções onde deve economizar e onde deve reforçar os seus meios. Sendo vista por grande parte dos países asiáticos como um equilibrador regional, tem sentido o peso da responsabilidade de tal equilíbrio. Num contexto de conflitos regionais latentes, de desconfianças entre atores, de provocações, de corrida ao armamento, nomeadamente de destruição massiva¹⁶, de procura de poder, de insegurança, de competição por recursos e canais de fornecimento dos mesmos, os EUA reforçou os seus meios na região, tanto diplomáticos como militares.

Em 05 de janeiro de 2012 Barack Obama, apresentou a Revisão Estratégia de Defesa do seu governo, afirmando que os EUA iriam reduzir, num prazo de 12 anos, cerca de 450 mil milhões de Dólares Americanos no sector da defesa (EFE, 2012). Deixou, ainda, claro que era altura de virar a página de décadas de guerras e de reforçar a economia, sem descuidar as políticas de segurança, mantendo-se a superioridade militar com Forças Militares de menor dimensão, mais ágeis, flexíveis e prontas para os diversos tipos de ameaças, nomeadamente as do terrorismo e ciberterrorismo. Especificou que as reduções orçamentais não afetariam os empenhamentos na Ásia-Pacífico, onde os EUA iriam fortalecer a sua presença, aumentar o seu peso institucional e reforçar a projeção de poder e de dissuasão. Afirmou que a Força Militar americana na Europa terá de continuar, por necessidade, mas adaptando-se aos novos desafios e oportunidades, particularmente à luz das necessidades de segurança do continente, considerando as prioridades estratégicas emergentes que a América enfrenta em outros locais, garantindo o compromisso na manutenção de uma presença que atenda às exigências do artigo 5º da OTAN (Obama, 2012). Deduz-se, assim, que o reforço dos meios na Ásia-Pacífico, região que passou a ter a prioridade estratégica dos EUA, se iria fazer à custa da Europa, mantendo-se aqui os meios “mínimos” necessários para garantir os compromissos assumidos pelos EUA, no âmbito da OTAN.

¹⁵ Em 2012 os EUA gastaram 668.841 milhões de Dólares Americanos, enquanto o total dos restantes atores gastaram 464.560 milhões.

¹⁶ A Coreia do Norte, a China, o Paquistão, a Índia, a Coreia do Sul e os EUA possuem armas desse tipo.



Os EUA, num documento de 03 de janeiro de 2012 (Department-of-Defense, 2012), admitiram que os seus interesses económicos e de segurança estão ligados à evolução dos acontecimentos do arco que vai do leste da Ásia ao Pacífico ocidental, bem como o que ocorre no Oceano Índico e no Sul da Ásia, podendo utilizar a cooperação e o poder militar para contribuir para a segurança global e para reequilibrar a direção da Ásia-Pacífico, onde pensam reforçar alianças consideradas vitais para a segurança, estabilidade e crescimento da região. Reforça a intenção de manter a paz, pela dissuasão e defesa contra a provocação, cientes de que a manutenção da paz, da estabilidade, o livre fluxo de comércio e a influência dos EUA nas dinâmicas da região dependem do saldo estrutural da capacidade militar e da presença. Nesse sentido, os EUA consideram que a emergência da China como potência regional pode colocar em causa a economia e a segurança dos EUA, devendo o seu poder militar ser acompanhado pela clarificação das suas intenções. Assim os EUA vão continuar a investir para garantir o acesso regional e a capacidade de operar livremente na região, de acordo com as suas obrigações e o direito internacional, num compromisso com a promoção, em conjunto com os atores regionais, do dinamismo económico e da cooperação no âmbito da defesa construtiva. Por fim, afirma que a maior parte dos países da Europa são, agora, produtores, em vez de consumidores, de segurança, o que dá possibilidade a uma estratégia de oportunidade, para rebalancear o investimento militar dos EUA nesse continente, movendo-se da focalização dos conflitos correntes para uma outra centrada nas futuras capacidades, podendo estas serem construídas em parceria com um número crescente de parceiros, nomeadamente em outras partes do mundo, pois isso é importante para a partilha dos custos e das responsabilidades (Department-of-Defense, 2012, pp. 2-3).

Resulta daqui que, enquanto a ascensão económica da Ásia-Pacífico é indubitável e traduz o declínio da Europa, os riscos de segurança que emergem da região estão mais no âmbito das preocupações da América. Daí esta está preocupada em reformular o seu dispositivo militar naquele espaço geográfico. Em 13 de janeiro desse ano, o Secretário-da-Defesa americano, Leon Panetta, informou que os EUA iriam retirar, desde já, dos 81 mil militares que possuíam na Europa, cerca de sete mil, correspondente a duas das quatro brigadas aí estacionadas, fazendo isso parte da nova estratégia militar americana (AFP, 2012). Na tabela nº 7 encontram-se os efetivos oficiais americanos, em 31 de dezembro de 2013, na Europa (Defense-Manpower-Data-Center, 2014). Segundo Scott Pelley (Warning-to-Russia, 2014), 85% das Forças Americanas saíram da Europa desde 1989, ano em que cerca de 400.000 efetivos estavam presentes. A importância desta redução não está só no número de militares apresentados, mas centra-se principalmente nas capacidades militares



que, concomitantemente, os EUA também deslocalizam, nomeadamente para a Ásia-Pacífico, tais como de defesa antiaérea, de manobra, navais, de *intelligence*, de comunicações, de ataque aéreo, de ciberdefesa, de reconhecimento etc. Como resultado, a Europa tem sentido uma crescente preocupação por se sentir indefesa, exigindo aquela deslocalização, dos europeus, que assumam mais responsabilidades quanto à sua defesa. É pouco provável que alguma vez lhes seja pedido um empenhamento militar na Ásia-Pacífico, mas ser-lhe-á certamente exigido que contribua muito mais para a sua segurança e defesa e que colabore, no âmbito das Organizações a que pertence, mesmo em áreas secundárias do mundo, com o seu contributo de solidariedade, nomeadamente em capacidades militares. Daí a importância dos seus países pensarem as suas FFAA, numa perspetiva de capacidades futuras, discernindo o que podem fazer a custos próprias e com autonomia e o que podem fazer em parceria.

Tabela nº 7 - Total de militares americanos presentes na Europa em 31 de Dezembro de 2013.

Fonte: (Defense-Manpower-Data-Center, 2014)

Região	País	Total de Militares	Exército	Marinha	Corpo de "Marines"	Força Aérea
Europa	Albânia	3	1	1	0	1
	Austria	8	4	0	0	4
	Bélgica	1.187	621	115	9	442
	Bósnia-Herzegovina	2	1	0	0	1
	Bulgária	9	3	3	0	3
	Croácia	4	4	0	0	0
	Chipre	11	2	0	0	9
	República do Cazaquistão	7	4	0	0	3
	Dinamarca	11	2	4	0	5
	Estónia	4	2	2	0	0
	Finlândia	7	2	2	0	3
	França	60	19	16	3	22
	Alemanha	40.304	24.982	476	874	13.972
	Gibraltar	4	0	4	0	0
	Grécia	378	9	348	0	21
	Gronelândia	138	0	0	0	138
	Hungria	57	5	0	0	52
	Irlanda	3	1	1	0	1
	Itália	10.971	3.531	3.571	17	3.852
	Kosovo	3	0	0	0	3
	Látvia	1	0	0	1	0
	Lituânia	4	2	2	0	0
	Macedónia	6	4	0	0	2
	Malta	3	0	2	0	1
	Montenegro	1	0	1	0	0
	Holanda	365	127	24	5	209
	Noruega	80	28	11	4	37
	Polónia	38	15	3	1	19
	Portugal	692	2	53	6	631
	Roménia	12	5	1	0	6
	Eslováquia	4	1	0	0	3
	Eslovénia	2	0	0	0	2
	Espanha	1.462	21	1.066	24	351
Suécia	9	4	1	0	4	
Suiça	9	1	3	0	5	
Turquia	1.519	95	8	2	1.414	
Reino Unido	9.501	242	314	19	8.926	
TOTAL	66.879	29.740	6.032	965	30.142	

Nota: Produzido por Defense-Manpower-Data-Center, em 30 de janeiro de 2014



b. Síntese conclusiva

A Ásia-Pacífico tem, nas últimas décadas, atraído e gerado poder económico, diplomático e militar. Nela perdura conflitualidades latentes e tensões, históricas ou emergentes, que provocam insegurança regional. O aumento do poder económico tem trazido novos desafios, como sejam a competição pelos recursos energéticos e matérias-primas, a promoção de maior controlo dos canais de reabastecimento, a abertura para mares amplos, a procura de maiores protagonismos regionais, a corrida ao armamento para se adquirir mais poder, etc. Esse contexto tem levado potências, como a China ou a Rússia a construir as suas relações geopolíticas de acordo com as ocasiões. Toda essa insegurança, potenciada pelas ameaças de uso do poder militar, nomeadamente de armas de destruição massiva, sem critérios razoáveis, muitas das vezes para fugir às realidades das situações internas, para resolverem conflitos históricos, ou para se afirmarem naquele espaço, levam os EUA a repensar as suas relações geopolíticas na região. Assim, a América tem gerido essas relações para equilibrar poderes e garantir a sua afirmação regional, redefinindo, a partir de 2012, as suas prioridades estratégicas, implicando isso o rebalanceado dos seus meios, tendo ganho a Ásia-Pacífico protagonismo e a Europa perdido a prioridade. Isso conduziu à deslocalização de capacidades militares da Europa. Assim, o velho Continente terá de assumir maiores responsabilidades na sua defesa e encontrar formas para materializar isso, em contextos económicos e financeiros de exigência. Todas estas consequências resultam, assim, da emergência daquela região como centro de gravidade mundial económico e geoestratégico, e como polo de preocupações no âmbito da segurança internacional, advindas das tensões e dos conflitos de interesse ali existentes, que tem exigido a redefinição das relações geopolíticas, nomeadamente entre as potências mundiais. Demos, assim, resposta à nossa QD 1, validando a H 1.



2. O Quadro Regional

Neste capítulo pretende-se aduzir as implicações para a segurança europeia, resultantes dos EUA darem prioridade, em termos de interesse e empenhamento, à região da Ásia-Pacífico.

a. A área Euro-Atlântica e a importância da OTAN

A área principal de empenhamento da OTAN é a Europa e a América do Norte, regiões onde os factos podem levar os países-membros à evocação do artigo 5º do Tratado¹⁷. A acontecer essa evocação, os Estados-membro têm de possuir as condições para honrar os seus compromissos.

Apesar dos EUA continuarem a considerar a Ásia-Pacífico como fulcro dos seus interesses, a crise da Crimeia guindou para o cume das preocupações americanas e europeias a Aliança transatlântica (Sousa, 2014). A conjuntura estratégica resultante dessa crise enfatiza a importância da OTAN na defesa do espaço para o qual foi criada, sem necessitar de procurar justificações de existência no exterior. As recentes atitudes da Rússia perante a Ucrânia e a constatação da reduzida eficácia da UE para debelar a crise em questão, por estar limitada à diplomacia e às sanções económicas, poderão fazer reequacionar a importância relativa que a Europa tem para a América, face à Ásia-Pacífico. Assim, essa crise pode conferir uma oportunidade para corrigir o que vem do passado, no que diz respeito à segurança/defesa da Europa, ou pode ser o vaticínio do que será o futuro.

Obama, em 28 de março de 2014, questionado sobre a capacidade de resposta da OTAN perante uma ameaça vinda do leste, ressaltou a responsabilidade dos Aliados contribuírem para ela, dotando-a da Força credível como contrapoder à Rússia (Cochran, 2014), num recado implícito aos países que têm reduzido as suas despesas militares. Isso reforça a ideia de que a OTAN é aquilo que os seus membros quiserem que ela seja (Martins, 2014). O desinvestimento na área da defesa pode levar a que, mesmo na retoma económica, a opinião pública não considere útil o reinvestimento nela, tendo isso impacto negativo nas capacidades militares. Isso colocará em risco as aptidões dos países para garantirem a sua defesa e contribuírem para a coletiva, deteriorando as capacidades de resposta da OTAN aos desafios presentes e futuros. O risco agravar-se-á caso os potenciais adversários da Organização invistam nas suas capacidades militares. Além disso, a indústria de defesa, face ao desinteresse dos Estados-membros da OTAN, voltar-se-ão para ou-

¹⁷ “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que...cada uma... prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas...” (OTAN, 2009).



tros mercados, perdendo a Aliança vantagens na inovação e desenvolvimento tecnológico (ACT, 2013, p. 25).

É num contexto de desinvestimento europeu, de redução de custos na defesa pelos EUA, de extração das suas Forças da Europa e de alteração das suas prioridades geoestratégicas, que a OTAN necessita que os Estados-membros lhe confirmem as capacidades necessárias à sua credibilidade.

Da intervenção da OTAN¹⁸ na Líbia, ao abrigo da resolução nº 1973 da ONU, e da postura secundária assumida pelos EUA, ressaltou a disparidade nas possibilidades de intervenção no seio da OTAN e a incapacidade europeia de compatibilizar a sua ambição de partilhar teorias e conceitos americanos com investimento para os colocar em prática, ressaltando as suas graves lacunas em capacidades militares, nomeadamente de meios de reabastecimento aéreo, ISR¹⁹ e analistas de *targeting*, (Vicente, 2013, p. 74). Jo Coelmont e Maurice de Langlois (2013, p. 3) acrescentam a essas capacidades em falta o transporte aéreo estratégico e a supressão das defesas aéreas.

O Secretário-Geral da OTAN, no Conselho-Europeu, afirmou, em dezembro de 2013, que alguns países da OTAN, mesmo sabendo que a segurança tem um preço e que o da insegurança ainda é maior, tinham, nos últimos cinco anos, reduzido os investimentos na defesa em mais de quarenta por cento. Admitiu que a Europa, para desempenhar o seu papel no mundo, precisa de uma base industrial europeia forte e de desenvolver capacidades reais. Defendeu que não teria de ser a OTAN ou a UE a possuir esses ativos, mas os países que os desenvolveram, podendo-os utilizar no âmbito de qualquer daquelas organizações. Considerando o imperativo de rentabilizar os recursos disponíveis, convida a Europa e os EUA a coordenar no seio de cada um e entre si, estendendo-se isso à UE e à OTAN, para que haja complementaridade e reforço mútuo sem redundâncias, desenvolvendo juntos capacidades militares e modelos industriais. Alerta que, se os europeus não levarem a sua segurança muito a sério, os EUA podem perguntar por que razões têm eles de o fazer, desinteressando-se disso. Enfatiza a necessidade de uma Europa forte e responsável pela sua segurança e pela sua quota-parte na do mundo (Rasmussen, 2013). Este discurso recentra a responsabilidade da segurança da Europa nos seus países, exigindo-lhes mais comprometimento e investimento, propondo-lhes, para rentabilizar e minimizar esse custo, a especialização e a partilha coordenada de capacidades e dos modelos industriais

¹⁸ A OTAN assumiu as operações em 31 de março de 2011. Até então, os EUA tinham despendido o principal esforço de intervenção. A partir daí foram os países europeus a assumir esse esforço.

¹⁹ ISR - *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*.



afins, no seio da UE e entre esta e a OTAN. Contudo, a especialização no âmbito das capacidades, presumindo-se que outros membros participam com as capacidades em falta, admite o risco de que tal não aconteça e, conseqüentemente, dos países não garantirem a sua própria segurança. Ora a autossegurança é, para os Estados, um imperativo de soberania. Assim, havendo dúvidas sobre as disponibilidades ou capacidades dos outros países, os Estados tendem a garantir as suas, mesmo em redundâncias.

Na Cimeira de Chicago, em 2012, a OTAN adotou o conceito de Defesa Inteligente (DI) (*Smart Defense*), segundo o qual os Estados-membros coordenariam esforços para desenvolver mais eficientemente capacidades integradas. Baseado nesse conceito, Rasmussen considera que o “amanhã” da OTAN deve englobar: com o empenhamento dos Aliados europeus, o investimento em capacidades, como ISR, transporte pesado e defesa antimíssil; a interação próxima entre a OTAN e os seus parceiros²⁰; a segurança cooperativa²¹, alargando a malha de parceiros e aprofundando a cooperação já existente, explorando-se os conhecimentos e a experiência da Organização (Rasmussen, 2014).

O conceito de DI incide também em modalidades de defesa. São exemplo disso os dois Tratados bilaterais, firmados na cimeira entre a França e o Reino Unido (Karooh, 2013, p. 16), em novembro de 2010, focados na utilização conjunta das instalações radio-gráficas e hidrodinâmicas (Governos-francês-e-inglês, 2012a) e na defesa e segurança (Governos-francês-e-inglês, 2012b), contemplando a partilhada duma força expedicionária de 3.500/5.000 militares, o uso conjunto, a partir de 2020, de porta-aviões e a manutenção repartida do novo avião de transporte A400M. Naquela cimeira, o Primeiro-Ministro britânico salvaguardou que esses tratados representavam uma associação sem perda de soberania (Veja-Internacional, 2010). Esta afirmação alude às seguintes acusações endereçadas à DI: o mesmo está mais ligado a questões políticas do que a questões técnicas; tem implicações de soberania essenciais aos Estados-membros; não há certezas de que cumpra os seus objetivos; é de difícil implementação, devido às crises financeiras e aos Estados não quererem alienar soberania no âmbito da defesa e segurança (Henius & McDonald, 2012).

A DI enquadra-se no Conceito Estratégico da OTAN de 2010 (OTAN, 2010), que

²⁰ Na cimeira do País de Gales, em 2014 discutir-se-á programas que visem esse desiderato, enquadrados na designada “*Forces Initiative Connected*”.

²¹ A OTAN vê o conceito desta forma: “*A Aliança vai-se envolver ativamente para reforçar a segurança internacional, por meio de parcerias com os países relevantes e outras organizações internacionais; contribuindo ativamente para o controle de armas, para a não-proliferação e o desarmamento; e mantendo a porta aberta à participação na Aliança de todas as democracias europeias que atendam padrões da OTAN*” (OTAN, 2010)



assenta nos seguintes pilares: a defesa coletiva contra as novas ameaças; a gestão de crises²², podendo ser desenvolvida em parceria com a ONU e a UE; o empenhamento político com os parceiros de todo o mundo e a partilha dos encargos com eles. Nessa linha, a OTAN clarificou, em 2012, o que entendia sobre a contribuição para as suas Forças convencionais, destacando (OTAN, 2012a):

- Independentemente das dificuldades financeiras, os Estados-membros devem fazer contribuições indispensáveis à defesa, à segurança e à dissuasão de uma amplitude de ameaças, permitindo a utilização flexível da Força e proporcionando à Aliança várias opções face às contingências imprevistas;

- As Forças devem ser rapidamente mobilizáveis, modernas, flexíveis, sustentáveis, interoperáveis, preparadas para operar de forma combinada/conjunta, em qualquer parte do território da Aliança ou para além deste, habilitadas a enfrentar diferentes circunstâncias, incluindo as de combate de alta intensidade, e de fazer face a variados desafios²³, desenvolvendo, simultaneamente, diferentes operações de defesa coletiva e de resposta à crise, a distâncias estratégicas;

- As restrições orçamentais e as necessidades da Força exigem a priorização, especializações e a cooperação multinacional, nomeadamente entre OTAN-UE, evitando-se duplicações e maximizando a relação eficácia/custo;

- Aquela Força promoverá a segurança cooperativa, através da cooperação e contactos com as Forças dos países parceiros, incrementando a estabilidade, evitando conflitos e moldando, melhorando, o ambiente de segurança da Aliança.

Estas linhas-de-força são reiteradas na “Declaração da Cimeira de Chicago sobre as Capacidades de Defesa - Rumo às Forças da OTAN 2020” (OTAN, 2012b), onde está definido o objetivo para as “Forças da OTAN 2020”: Um as forças modernas, integradas em termos de equipamentos, treinadas, exercitadas e comandadas, operáveis em qualquer ambiente, nomeadamente em parceria. Assim, a nível nacional, devem ser analisadas as capacidades-chave, priorizando-as e desenvolvendo-as, através da cooperação próxima, via a utilizar, ainda, na consulta facilitadora das atualizações dos planos de defesa. Os Estados-membros admitiram privilegiar o trabalho conjunto com a UE, para garantir a compatibilização, a complementaridade e o reforço mútuo da DI com o conceito similar da União de-

²² Inclui a prevenção de crises, a estabilização no pós-conflito e o apoio à reconstrução do Estado.

²³ Como ataques cibernéticos, terrorismo, rutura das linhas de sustentação e comunicação e proliferação de armas de destruição massiva.



nominado “Mutualização e Partilhando”²⁴.

Apesar da DI ser recorrentemente enfatizada pela OTAN, ela é mais um processo de intenções do que um contrato, pois os Estados-membros têm sido comedidos a cumprir com o declarado, face ao contexto económico-financeiro e aos receios de perda de soberania. Tentando revitalizar aquele conceito, a Alemanha, no outono de 2013, propôs outro: “*Framework-nations*” (Mattelaer, 2014). Nele, qualquer nação pode coordenar e dinamizar o desenvolvimento de capacidades, constituindo, em torno dela, grupos de países, que, por afinidades entre si²⁵, se voluntariam a partilhar o desenvolvimento de capacidades. Este conceito, sendo embrionário, pode, ser “mais do mesmo”, por continuarem a subsistir, para além das simpatias/afinidades, os receios e a crise.

b. A União Europeia e os seus dilemas

Em 1998, em Saint-Malo, Jacques Chirac e Tony Blair lançaram a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), inserida no segundo pilar da UE (Política Externa e de Segurança Comum (PESC)), atualmente designada por PCSD, integrada na Política Externa e de Segurança Comum (PESC) (Sousa, 2011, p. 276).

A declaração de Saint-Malo, afirmava a vontade da UE de decidir sobre uma política de defesa comum, de possuir a autonomia, apoiada numa Força Militar sem duplicações desnecessárias, credível, sólida, tecnologicamente evoluída e suportada numa competitiva indústria de defesa, para reagir rapidamente aos novos riscos. A UE pretendia, ainda, possuir os meios, estruturas e capacidades de informações e de análise das situações, para elaborar planeamentos estratégicos. Para isso, a União precisava de recorrer a capacidades europeias pré-designadas, pertencentes à OTAN e/ou a meios nacionais ou multinacionais não pertencentes àquela Organização, respeitando as diferentes posições dos Estados-membros e as suas posturas perante a OTAN (Governos-francês-e-inglês, 1998). Assim, admitia-se a partilha pela UE de capacidades destinados a OTAN, para as rentabilizar e se economizar. Esta declaração levantou dúvidas na Europa e à América, tendo a Secretária-de-Estado Madeleine Albright, em 1998, afirmado que os europeus teriam de evitar, na PESC, a Dissociação do elo transatlântico, a Duplicação dos meios atribuídos à OTAN e a Discriminação dos Estados europeus que pertenciam a esta Organização e não à UE (Albright, 1998, Sousa, 2011, p. 276). Em 1999, o Secretário-Geral da OTAN, Lord George Robertson, afirmou, em resposta, que a sua Organização ganharia mais do que perderia

²⁴ Em inglês “*pooling and sharing*” (P&S).

²⁵ Como sejam políticas, geográficas ou de interesse.



com a iniciativa europeias, pois ela incrementava as capacidades da Europa, incluía países-membros da OTAN não pertencentes à UE e garantia a indivisibilidade do vínculo transatlântico (Becher, 2002, p. 6, Sousa, 2011, p. 276).

Em 1999, no Conselho-Europeu de Colónia, a UE conclui que deveria possuir Forças militares credíveis, equipadas, disponíveis, destacáveis, sustentáveis, interoperáveis, flexíveis e móveis, para gerir crises internacionais, no quadro das missões de Petersberg²⁶ e da PESC, utilizando, ou não, capacidades da OTAN (Cologne-European-Council, 1999).

A consolidação da cooperação OTAN-UE verificou-se com o Acordo *Berlim Plus*, que facilitava a utilização das capacidades da OTAN pela União, nomeadamente de planeamento, em operações de gestão de crise, e a incorporação no planeamento OTAN de necessidades militares para operações da UE (UE-OTAN, 2002). São exemplos de operações da UE conduzidas com capacidades OTAN as ocorridas em 2004, na Macedónia – Concórdia-, e na Bósnia –Althea (Sousa, 2011, p. 277).

Na sequência do Conselho-Europeu de Colónia, surgiram os *Helsinki Headline Goal* (HHG) 2003, para garantirem a capacidade da UE para executar as missões de Petersberg. Neles defendia-se a cooperação dos Estados-membros para, até 2003, a UE possuir quinze brigadas, com 50.000-60.000 efetivos, disponíveis em sessenta dias, podendo operar durante um ano (Helsinki-European-Council, 1999, p. Anx IV). Porém os HHG 2003 conferiam efetivos mas não capacidades nem Forças normalizadas, alimentando-se da vontade dos Estados-membros contribuiriam.

Em 2003 surgiu a Estratégia de Segurança Europeia, assente em cinco principais ameaças²⁷, enfatizando a UE como ator da CI sem estabelecer qualquer nível de ambição e defendendo o aumento das capacidades pela partilha, para reduzir duplicações e custos, e uma Força militar europeia móvel, flexível e equipada (UE, 2003, p. 12). Hoje em dia, as ameaças já não são as de 2003 e a UE demora a atualizar aquele documento. Ele originou os HHG 2010 (Conselho-Europeu, 2004), sendo estes mais operacionais do que os HHG 2003, contemplando forças interoperáveis, projetáveis e sustentáveis. Neles surgem o conceito de Battle-Group, ainda hoje em vigor, como Força elementar para cumprir as missões de Petersberg, com alta prontidão, com 1500 militares, projetável em dez dias após a ordem da UE, destinado a operações contínuas por trinta dias, extensíveis a 120 com rotação,

²⁶ Constam no tratado de Amesterdão e são: missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz (UE, 1997)

²⁷ Terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, conflitos regionais e criminalidade organizada (UE, 2003, pp. 3-5)



estando sempre disponíveis dois dos treze que podem estar levantados ao mesmo tempo. Nesse documento alude-se à Agência Europeia de Defesa, ao Comando Europeu Aéreo e ao Centro de Coordenação de Transportes Estratégicos e defende-se o P&S como a forma de melhor usar os recursos disponíveis (Conselho-Europeu, 2004, p. 2).

A UE definiu cinco cenários de intervenção,²⁸ levantando as necessidades de capacidades militares e os requisitos das Forças para lhes fazer face. Coligiu, ainda, em 2005, o catálogo de requisitos e um outro de Forças, que são as possíveis cedências dos Estados-membros em Estados-maiores e capacidades. Considerando as necessidades e as atribuições, elaborou um outro catálogo de capacidades em falta. Neste processo, a satisfação das necessidades continua sob a vontade dos Estados, sendo isso influenciada pelo contexto económico atual, como é reconhecido nas conclusões do Conselho-Europeu de dezembro de 2013. Nesse documento, sendo reconhecidos poucos avanços no âmbito do P&S, os Estados-membros são exortados a cooperarem entre si e com a OTAN, desenvolvendo capacidades em complementaridade úteis à defesa europeia integrada, sustentável, competitiva e inovadora. Essa cooperação asseguraria a interoperabilidade e garantiria capacidades desenvolvidas na base de modelos comuns, beneficiando-se de economias de escala e da eficácia, (Conselho-Europeu, 2013, pp. 2, 5 e 7).

Nos últimos vinte anos, a Europa tem desinvestido na defesa. Em 2012 os países europeus despenderam, exceto a Inglaterra, Estónia e Grécia, menos de 2% do seu PIB, prejudicando as aspirações do Continente quanto ao seu lugar na CI (Rogers, 2013, p. 1). Com esta atitude, a Europa continua dependente dos EUA, tanto no seio da OTAN como da UE. Porém, com o deslize do seu interesse para a Ásia-Pacífico, os americanos exigem da Europa que assuma as suas responsabilidades. Além disso, os europeus começam a não acompanhar a evolução tecnológica americana, face à diferença de investimento na defesa.

Os europeus visualizam o uso da Força centrado na dicotomia defesa do Estado versus intervenção fora do seu território, enquanto o americano e, até, a OTAN, prefere defender-se no “espaço dos outros”. Para a Europa o uso da Força é clausewitziano, pois é a continuação da política por outros meios e o último recurso após a política ter falhado. Como a política tem sido eficaz, a Europa não tem sentido a necessidade de materializar umas Forças Armadas. O paradoxo de que a possibilidade do uso da Força garante, por vezes, a não-violência, desmente a sensatez dessa atitude, pois ela pode ser usada ativa-

²⁸ Separação de Forças, assistência a operações humanitárias, prevenção de conflitos, estabilização/reconstrução/aconselhamento militar a outros Estados, evacuação em contexto não permissivo, prevenção de conflitos.



mente, como projeção de poder, ou passivamente, como extensão do poder, esta moldando relacionamentos entre atores e visando a solidez e sustentação da ordem geopolítica, nomeadamente pela gestação de comunidades de segurança (Rogers, 2013, p. 3). Ignorar isso, leva ao declínio da influência europeia na CI. Mas tentar tal, sem ter as capacidades necessárias à garantia da eficiência, pode significar descrédito. E a Europa, na sua recente operação no Mali, sentiu dificuldades em garantir essa credibilidade, por ter deficiências em algumas capacidades, nomeadamente na área do transporte aéreo pesado.

O esforço de Bruxelas obter capacidades com economia, pela partilha, não tem facilitado o desenvolvimento dum PCSD coerente (Price & Santopinto, 2013, p. 5). A crise financeira pode incentivar modalidades de cooperação do tipo P&S, mas este é um conceito que ainda está “...*a correr atrás do seu potencial...*” (Würzer, 2013, p. 46). Sendo um conceito, lançado em 2010, que criou uma grande dinâmica, tem perdido o ímpeto, pois a austeridade tem levado os Estados a optarem por pouco mutualismo (*pooling*) e mais pela proteção dos próprios meios, materializando as iniciativas que preservavam esses meios. As deficiências e faltas de capacidades reveladas pelo P&S não podem mutualizadas surgindo a frustração partilhada, pois “...*infelizmente, muitos Estados-membros que investem em facilitadores coletivos não vão muito além de investir horas de trabalho em reuniões de projeto.*” (Biscop & Coelmont, 2013, p. 1). Nos últimos três anos os Estados-membros reduziram dez mil milhões de euros na defesa, mantendo as despesas de pessoal, optando alguns por espalhar os cortes pelo espectro das capacidades, com risco de redução da massa crítica (EDA, 2013, pp. 14-15) Porém, no quadro de desenvolvimento integrado, a UE não pode enfraquecer a sua potencial forma de cooperação na área da defesa, assente no P&S, especialmente em tempos de sérios cortes nos investimentos nacionais de defesa (Schinas, 2012, p. 6). Esse é um desafio para a União caso queira ter um papel na CI.

c. Síntese conclusiva

Com o rebalanceamento do interesse dos EUA para a Ásia-Pacífico e a deslocalização de efetivos e capacidades da Europa, esta parece não poder garantir a sua própria segurança, até porque, fruto das contingências financeiras vivenciadas, os europeus têm desinvestido na defesa. As intervenções na Líbia e no Mali ilustraram as deficiências europeias em capacidades e a diferença tecnológica que existe entre ela e a América. Esta tem alertado para os malefícios do desinvestimento europeu na defesa e o que isso significa para a OTAN. Assim, esta pode vir a funcionar a duas velocidades, uma imprimida pelos EUA e a outra pelos europeus, ou até deixar de ser eficaz, por estes não acompanharem o ritmo daqueles, face à diferença tecnológica. A OTAN tem tentado contrariar esta tendência, sem



ser muito eficiente nesse esforço, defendendo o investimento dos países europeus e a partilha no plano das capacidades, nomeadamente pela iniciativa DI. Validámos, assim, a H2.

No seio da UE a situação é análoga. Apesar da União aspirar ao seu lugar na CI, não tem desenvolvido uma Força que a auxilie a alcançá-lo. Mais uma vez a situação financeira vigente e a vontade dos Estados-membros têm levado ao desinvestimento na defesa, parecendo que a Europa continua a confiar ao seu Aliado transatlântico a sua autosssegurança. Porém os EUA têm outras preocupações e a Europa está condenada a assumir mais responsabilidade na sua segurança e defesa, procurando fazê-lo, sem grande sucesso, através da iniciativa de partilha mútua de despesas e esforços. Validámos, assim, a H3.

Assim, as dinâmicas resultantes da centralidade do nosso aliado americano na Ásia-Pacífico relevaram à exigência da Europa possuir uma estratégia assente em capacidades integradas, interoperáveis, capazes de sustentar a assunção da sua responsabilidade de segurança e defesa, podendo isso ser mais eficiente pela cedência, partilha e especialização, por parte dos Estados-membros, de uma forma “honestá”, nessas capacidades. Respondermos, assim, à nossa QD2.



3. Portugal e as suas Forças Armadas

Neste capítulo pretende-se encontrar a melhor forma como as FFAA portuguesas poderão fazer face aos desafios que resultam da alteração do ambiente estratégico, no quadro das missões de soberania nacional e dos compromissos assumidos junto da OTAN e da UE.

a. Enquadramento Nacional – vertentes e desafios

Portugal, estando inserido numa Europa que, desde 2010, vive um contexto económico problemático, tem seguido a tendência que os restantes países têm revelado. Assim, as suas despesas com a Defesa têm diminuído, em especial quanto ao investimento em capacidades. Os dados (PORDATA, 2014a) do gráfico seguinte podem dar azo a interpretações distorcidas. O aumento de despesa que eles espelham desde 2006 até 2010, em especial neste ano, tem a ver, essencialmente, com aumentos de despesa com pessoal e com os investimentos limitados no projeto Pandur e em dois submarinos. Contudo, como já vimos, umas FFAA não são só efetivos. As FFAA são um todo eficiente, capaz de garantir a concretização dos Objetivos nacionais, nomeadamente o da defesa e segurança do Território Nacional (TN) e da soberania, que são preceitos constitucionais portugueses. E isso exige capacidades militares. Para as ter, torna-se necessário investimento, pois elas exigem efetivos, a constituição e organização em Forças, o desenvolvimento de doutrina, o seu treino, a aquisição de equipamento e instalações²⁹. Nesse gráfico verifica-se um decréscimo acentuado da despesa a partir de 2010, momento em que, no país, se sentiu o efeito da crise europeia.

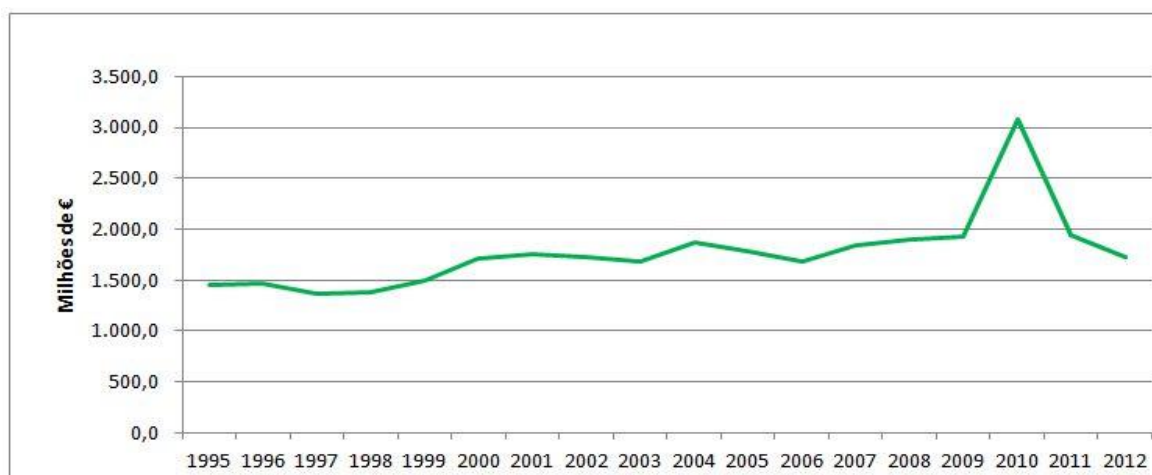


Gráfico nº 1 – Despesas do Estado – Defesa Nacional
Fonte: Dados recolhidos de (PORDATA, 2014)

²⁹ Os requisitos de uma capacidade, segundo os americanos, pode sintetizar-se no acrónimo DOTMLPF, que significa: doctrine, organization, training, materiel, leadership, personnel and facilities (DoD, 2010, p. 140).



Contudo, o gráfico da despesa com a Defesa reportado à percentagem do PIB nacional, dá-nos uma imagem mais próxima do desinvestimento nessa função, em especial quando temos em atenção os considerandos já feitos sobre o aumento dos gastos a partir de 2006 e, em especial, em 2010.

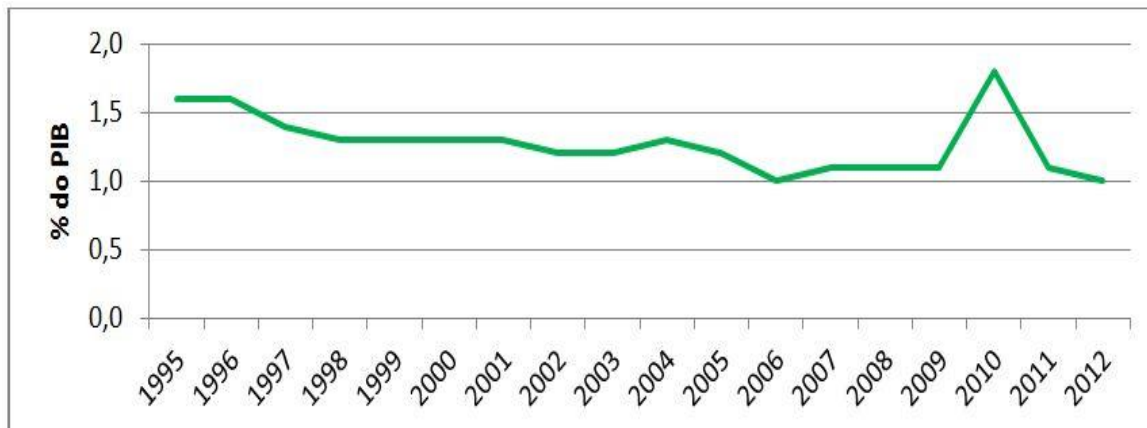


Gráfico n.º 2 – Despesas do Estado – Defesa Nacional em Percentagem do PIB
Fonte: Dados recolhidos de (PORDATA, 2014)

Analisando as despesas por funções, selecionando dessas aquelas que se consideram essenciais a uma sociedade, pode-se constatar, no gráfico seguinte, a grande diferença que existe entre a Defesa e as restantes.

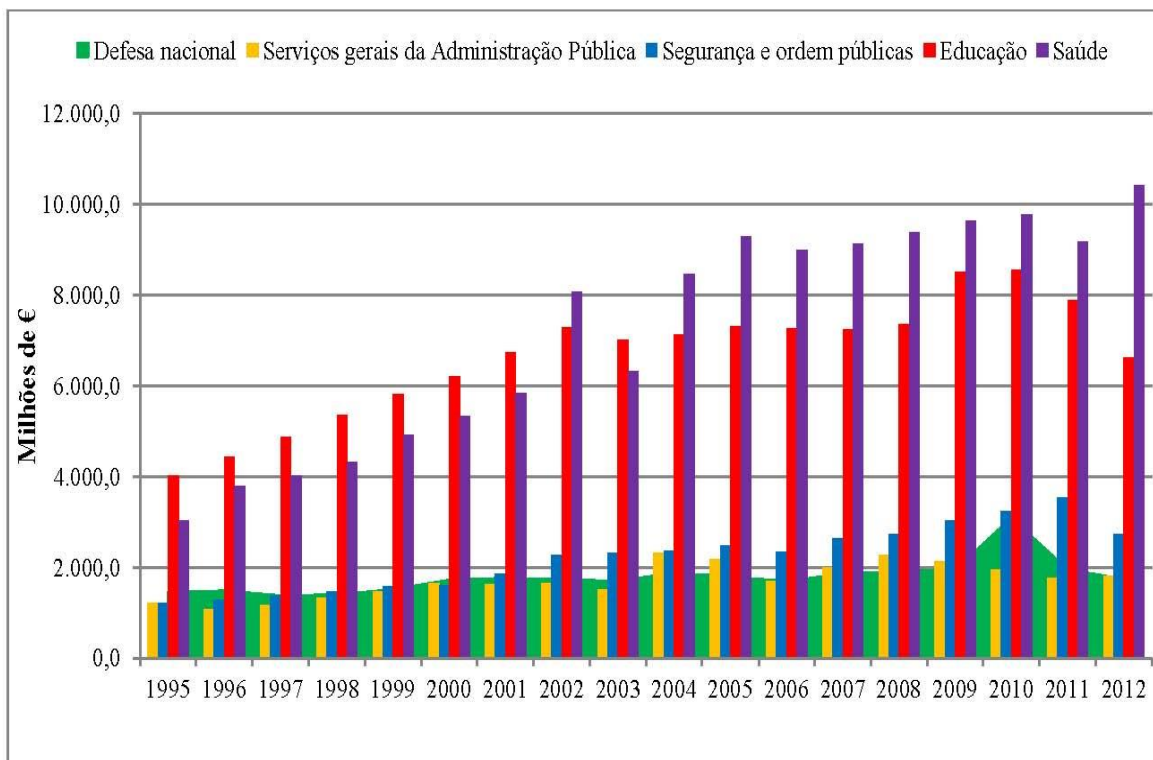


Gráfico n.º 3 – Despesas do Estado – Execução Orçamental por Algumas Funções
Fonte: Dados recolhidos de (PORDATA, 2014)



A análise dos dados (MDN, 2012, p. 23) da distribuição da despesa total com a Defesa pelos Ramos dá-nos a perspetiva da dimensão e do peso relativo de cada um deles no seio das FFAA. O Exército foi quem apresentou mais despesa, logo seguido da Marinha e da Força Aérea, por esta ordem. Verifica-se, contudo, um incremento da despesa bastante expressivo no setor dos Serviços Centrais.

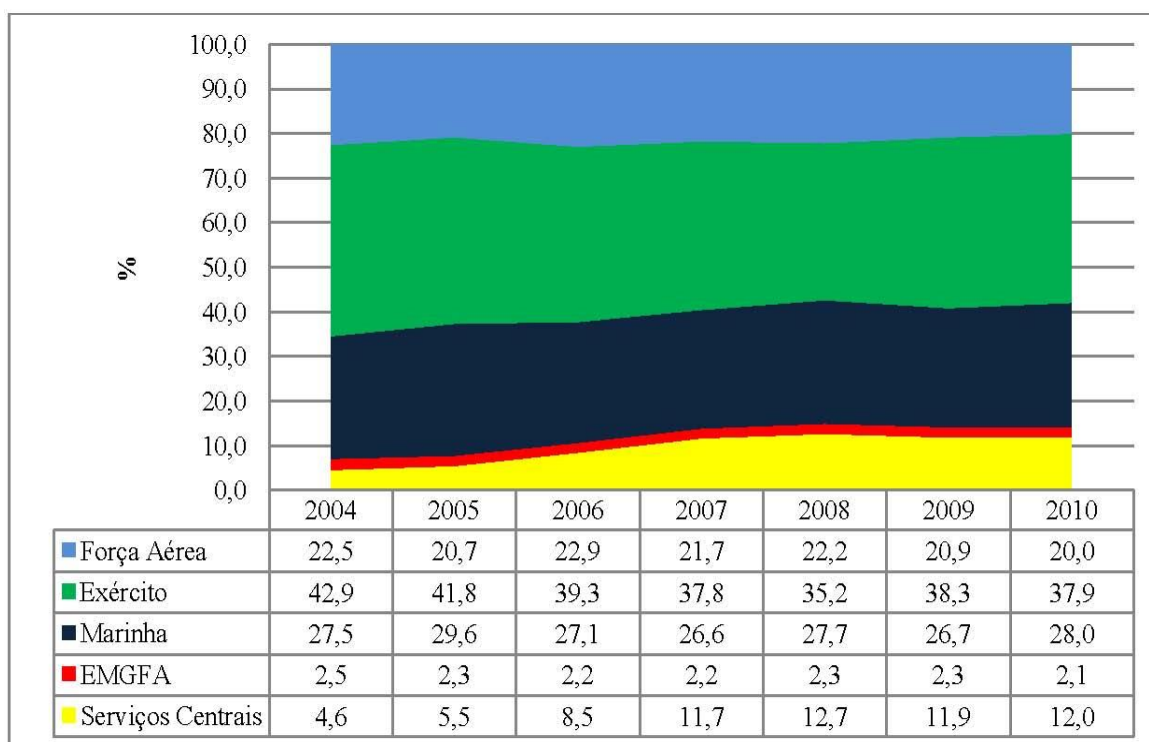


Gráfico nº 4 – Distribuição da Despesa da Defesa por Serviços Centrais, EMGFA e Ramos

Fonte: Dados recolhidos de (MDN, 2012)

Cientes de que qualquer avaliação sobre a dimensão das FFAA por comparação com as dos países considerados comparáveis com o nosso, face às suas características e ao seu nível de ambição, deve ser feita tendo em conta as capacidades que cada um dispõe (Pinto, 2012), e não tanto tendo por base critérios económicos, como a percentagem do PIB gasto na defesa³⁰, os gráficos supra apresentados dão-nos, contudo, a perspetiva do estado em que essas capacidades se encontram e a vontade que existe para as incrementar. Na verdade, percebendo que existiu um desinvestimento, por parte do nosso país, na área das FFAA de imediato se traduz que tal teve um impacto negativo na aquisição e desenvolvimento das capacidades militares.

³⁰ Portugal tem gasto cerca de 1,2% do seu PIB na sua defesa.



As capacidades que cada país deve possuir têm de ter em conta as missões para as quais elas se tornam necessárias. A Constituição da República refere que “*Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República...nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais...e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte...podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e melhoria da qualidade de vidas das populações, e em ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação.*” (República-portuguesa, 1976). Estas incumbências podem ser perfeitamente identificadas, com outra redação, nos objetivos nacionais permanentes e nos conjunturais, que constam do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (Conselho-de-Ministros, 2013a, p. 1988). Elas pressupõem FFAA capazes de desempenharem as seguintes funções militares: vigiar e alertar, prevenir, dissuadir, proteger e coagir, combatendo (Santo, 2012, p. 307). Para as desempenhar, há que ter em conta a caracterização do nosso país e a sua intervenção no quadro das Alianças a que pertence.

Portugal tem uma territorialidade descontínua, que lhe confere profundidade estratégica, mas que lhe exige maiores esforços de presença, de defesa e vigilância. Possui uma costa continental e insular de cerca de 1853 Km de extensão e uma área total de 92.090Km², tendo a parte continental um comprimento de 848 Km e uma largura de 250Km. A sua zona económica exclusiva pode passar das 200 para as 350 milhas. Patenteia uma sujeição ao exterior, para obter recursos energéticos e alimentares, o que lhe pode exigir a participação em esforços para além do seu território, para garantir a livre circulação dos meios de abastecimento.

Para além das rigorosas contenções orçamentais nacionais que, como vimos, interferem na defesa, o envelhecimento da população portuguesa pode ser outro fator com impacto negativo nesse setor. No gráfico seguinte vemos a evolução do envelhecimento³¹, expressa, em percentagem, pela relação entre a população jovem (idades entre 0-14 anos) e pessoas com sessenta e cinco ou mais anos (PORDATA, 2014b). Nela percebe-se que a longevidade da população portuguesa vai aumentando, mas que o rácio de envelhecimento, ao longo dos anos, tem aumentado ainda mais, com incrementos que demonstra uma curva, apresentada no gráfico, com uma inclinação positiva muito acentuada.

³¹ Ver a Tabela apresentada no Anexo B e as definições explanadas no Anexo A, ambos deste TII.

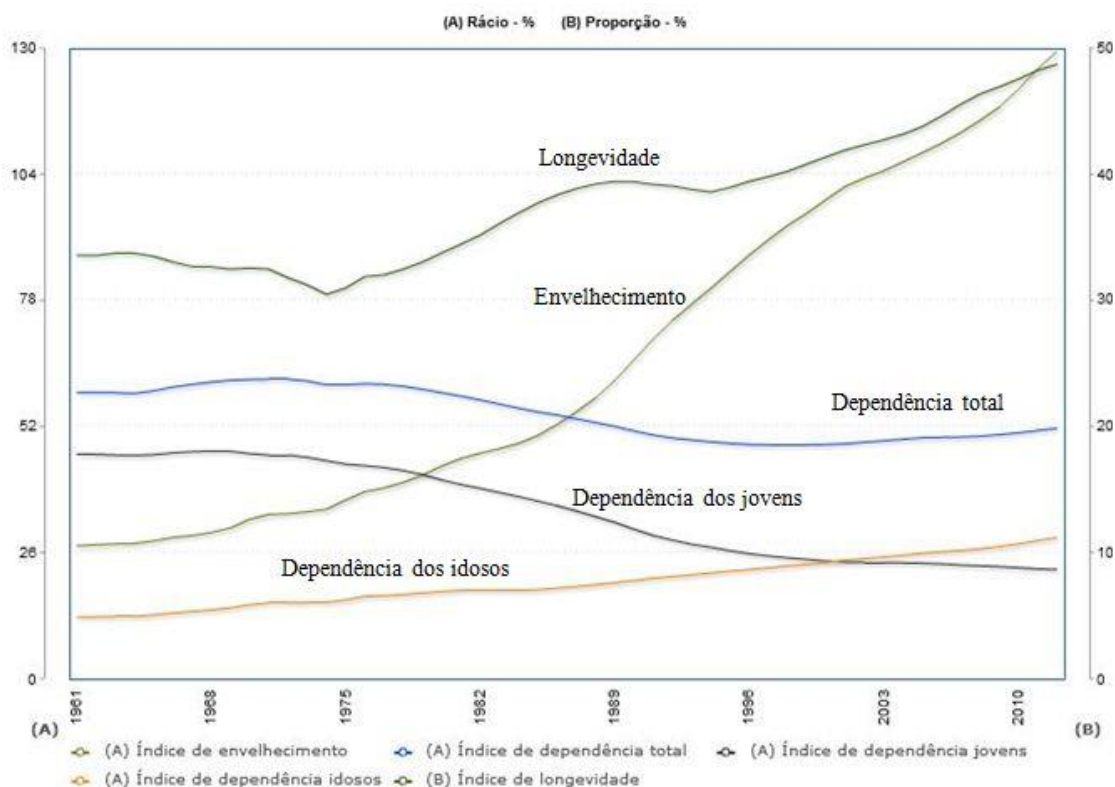


Gráfico nº 5 – Indicadores de Envelhecimento em Portugal.

Fonte: Dados INE/PORDAT. Adaptado de (PORDAT, 2014b).

A vizinhança próxima de Portugal também o caracteriza. Assim, a sul tem um Magrebe e um Sahel, denotando fragilidades estatais, gerador de instabilidade e fonte/transportador de emigração, tudo desafios que nos podem atingir. A este e norte encontra-se a potência epirocática Ibérica, que tem sentido as vontades autonómicas por parte de franjas da sua comunidade, e com quem Portugal tem, em quase toda a extensão, fronteiras estáveis.

Encontrando-se Portugal inserido na realidade geoestratégica global, não está imune às potenciais ameaças que afetam o mundo, como sejam, entre outras: o terrorismo transnacional, nomeadamente o ideológico-religioso e o epifenomenal, que utilizam tácticas assimétricas e ferramentas de alta perigosidade, em espaços físicos ou no ciberespaço, reivindicando direitos que deixaram há muito de ter (p.e. sobre a Al-Andaluzia); as migrações ilegais, transportadoras de outras ameaças; o crime organizado; as deslocações em massa de refugiados; e as roturas de fornecimentos de recursos essenciais ao país, conjugadas com as alterações climáticas cujos cenários, como se pode ver na figura seguinte (LPN, 2014, p. 2) e constatar no relatório do Grupo de Trabalho para as Alterações do Clima 2014 (IPCC, 2014), levam à conclusão de um aumento de temperatura com impac-

tos altamente preocupantes, nomeadamente em Portugal, como incêndios, instabilidade da linha de costa e falta de água.

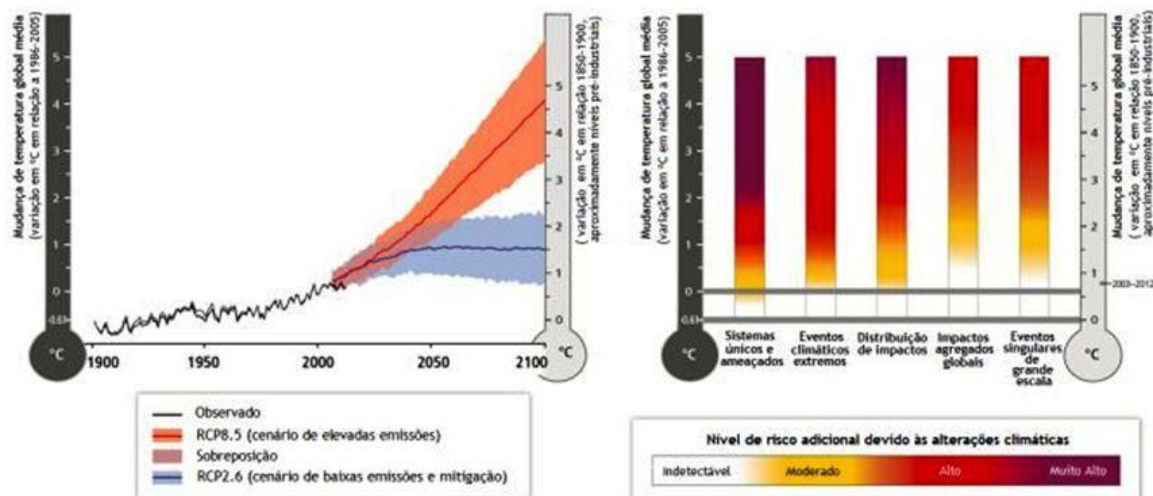


Figura nº 12 – Previsões de Aumento de Temperatura Média Global e Riscos Adicionais.
Fonte: (LPN, 2014, p. 2 e IPCC, 2014, p. 14)

Todas estas ameaças têm o seu grau de risco, que importa minimizar. Por isso todos os países, nomeadamente Portugal, definem objetivos que procuram atingir com vista a garantir a defesa e segurança do seu território e do seu povo, bem como o bem-estar deste.

O CEDN define, para a concretização dos objetivos nacionais, que Portugal: assegure uma capacidade dissuasora, reforçada pelo quadro das Alianças, suficiente para desencorajar as agressões ou para restabelecer a paz; consolide uma estrutura militar necessária à demonstração da capacidade do Estado no exercício da sua soberania; assegure a capacidade para cumprir missões militares no âmbito da garantia da soberania, da independência e da integridade nacional; garanta a capacidade de vigilância, controlo e fiscalização do espaço territorial nacional e interterritorial, a capacidade autónoma para executar missões de salvaguarda da vida e interesses dos cidadãos nacionais; maximize as capacidades civis e militares; contribua, nas instâncias internacionais, para diversas políticas de segurança e defesa, nomeadamente para a segurança marítima e aérea; desenvolva as capacidades militares necessárias à mitigação das consequências de ataques terroristas, cibernéticos, nucleares, bacteriológicos, químicos e radiológicos (NBQR) e de catástrofes e calamidades (Conselho-de-Ministros, 2013a, pp. 1989-1990). Esse documento, ainda, refere que as FFAA devem ser capaz de projetar forças, que estas devem ser constituídas sob um conceito modular, baseada em capacidades que permitam um empenhamento autónomo ou integrado em forças multinacionais, desempenhando missões de: defesa integrada do território nacional; resposta a crises internacionais ou conflitos armados, no âmbito da OTAN



ou da UE; cooperação militar; interesse público, nomeadamente em apoio à proteção civil; e cooperação com as forças e serviços de segurança no combate a ameaças transnacionais (Idem, p. 1992). Quanto à constituição das nossas forças por capacidades, refira-se que isso faz todo o sentido, pois esse já é o sistema enraizado na OTAN e na UE -Organizações a que Portugal pertence-, quando pensam nas suas forças.

No documento “Defesa 2020” encontram-se sistematizados os quadros de empenhamento para as FFAA decorrentes do CEDN e que são os seguintes (Conselho-de-ministros, 2013b, p. 2286):

- 1 . Defesa integrada e vigilância e controlo dos espaços de soberania e sob jurisdição nacional;
- 2 . Operações de resposta a crises, de apoio à paz e humanitárias, no quadro da segurança cooperativa e da coletiva;
- 3 . Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise ou conflito;
- 4 . Missões de interesse público, associadas ao desenvolvimento sustentado e ao bem-estar das populações;
- 5 . Cooperação técnico-militar;
- 6 . Resposta a emergências complexas, designadamente catástrofes naturais ou provocadas;
- 7 . Cooperação com as forças e serviços de segurança.

Assim, as FFAA portuguesas têm de estar dimensionadas e possuir capacidades que permitam fazer face a estes quadros, mas diferenciando o que têm e o que podem fazer.

A ponderação da dimensão das FFAA e do seu sistema de Forças (SFN) deve ser feita com seriedade, pelo que envolve. O equilíbrio entre a ambição e o possível deve ter em conta, não só a garantia da integridade territorial, como imperativo constitucional, mas também a intervenção em apoio da população e em situações de exceção, e a necessidade de, no âmbito da UE, da OTAN e, até, da ONU, poder reforçar a nossa soberania e pugnar pela nossa segurança atuando fora das nossas fronteiras. *“Num tempo em que se considera que para Estados como o nosso, soberania é sobretudo um lugar respeitado à mesa de decisões das grandes organizações internacionais, Portugal tem tido esse lugar...Não apenas por via do contributo militar, mas decisivamente em função do contributo militar.”* (Pinto, 2012). Supletivamente, aquele equilíbrio deve ainda ter em conta que muitos meios militares e até capacidades, podem ser empenhados em missões não essencialmente militares, num aproveitamento de duplo uso, como sejam nas missões de busca e salvamento ou de combate a incêndios. Assim, sintetizando, o emprego das nossas FFAA pode ocorrer: no



âmbito de um ataque ao TN; na prevenção/preempção da concretização de ameaças no nosso território; no apoio ao bem-estar e desenvolvimento nacional; na segurança da população portuguesa, tanto em TN como fora das nossas fronteiras; na afirmação da presença e da soberania de Portugal no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP); no quadro da segurança e defesa cooperativa; e no âmbito da política externa.

O nível de ambição no quadro do emprego das FFAA está definido no Conceito Estratégico Militar que, atualmente, encontra-se em fim de revisão. Contudo, na «Defesa 2020» já vem definido o constante na seguinte tabela:

Tabela n.º 8 – Requisitos de Capacidades e Meios
Fonte: (Conselho-de-ministros, 2013b, pp. 2286-2287)

Ramo	Capacidades para projeção e sustentação em simultâneo nos esforços de segurança e defesa coletiva	Outras capacidades
Armada	Duas unidades do tipo Fragata.	Capacidade anfíbia e submarina e navios auxiliares de oceanográfica para garantirem em simultânea e continuidade, o controlo e vigilância do espaço marítimo da responsabilidade e jurisdição nacional, as missões de interesse público e as atribuições no âmbito do sistema de Autoridade Marítima.
Exército	Até três unidades de escalão até batalhão, apoio de combate ou de serviços e comandar uma única operação de escalão brigada em qualquer cenário e grau de intensidade por tempo limitado.	Capacidade de dissuasão convencional defensiva , a reforçar no quadro das alianças para desencorajar e/ou conter agressões, pronta para cumprir continuamente missões no âmbito da segurança e defesa do território e da população e do apoio militar de emergência.
Força Aérea	Até três destacamentos aéreos de pequena dimensão, por períodos de curta duração ou um destacamento aéreo por um período alargado.	Capacidade para garantir em simultaneamente e continuamente, a vigilância e controlo do espaço aéreo , incluindo aeronaves de combate para missões de luta aérea e aeronaves para reconhecimento, fiscalização e intervenção nos espaços de soberania e jurisdição nacional, bem com missões de interesse público e a execução de ações no âmbito do Sistema de Autoridade Aeronáutica.

Naquele documento são, ainda, referidas necessidades de meios e recursos, sintetizadas na seguinte tabela, na qual os relacionamos com as orientações para o seu emprego, com a sua prioridade de levantamento, com a prontidão que lhe é definida e com os quadros de empenhamento para as FFAA já referidos, estes identificados pelos números de referência que lhes atribuímos anteriormente (Conselho-de-ministros, 2013b, p. 2286):



Tabela n.º 9 – Conjuntos de Forças e Meios
Fonte: Dados de (Conselho-de-ministros, 2013b, pp.2286-2287)

Conjunto de Forças e Meios	Orientação	Prioridade	Constituição	Prontidão	Quadro de empenhamento para as FFAA
Força de Reação Rápida (FRI)	Missões de evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise/conflicto ou em resposta nacional em situações de emergência complexas.	1ª	À ordem	Elevada	3 e 6
Forças Permanentes em Ação de Soberania (FPAS)	Defesa aérea, patrulhamentos, vigilância e fiscalização marítima e aérea, e quando determinado, vigilância terrestre, busca e salvamento, defesa NBQR, de interesse público e de resposta a catástrofes.	2ª	Permanente	Não definida	1, 4 e 6
Conjunto Modular de Forças – Forças Nacionais Destacadas (FND)	Resposta a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa, para emprego sustentado por períodos de seis meses, para empenhamento até três operações simultâneas de pequena dimensão ou numa operação de grande dimensão.	3ª	À ordem	Não definida	2

Resulta, da análise conjugada da informação existente nesta tabela e na anterior, duas constatações. A primeira é que se defende no CEDN e na diretiva «Defesa 2020», de forma enfática a existência de FFAA projetáveis, o que é consensual no seio de quem se dedica ao estudo da problemática da defesa, mas não são contemplados meios ou recursos, pertencentes a qualquer um dos Ramos, que permitam de forma autónoma, a capacidade de projetar forças. Esta realidade é, ainda, mais preocupante quando se preconiza a existência de uma FRI com uma taxa de prontidão elevada e a possibilidade de emprego, em simultâneo, de três unidades de escalão até batalhão em qualquer cenário, o que pressupõe que os mesmos podem estar distanciados vários milhares de quilómetros, um dos outros e todos do TN. Aliás, isso já aconteceu, quando Portugal assumiu, concomitantemente, os Teatros de Operações (TO) da Bósnia, Kosovo e Timor. E já então a projeção de alguns Batalhões/Agrupamentos para alguns desses TO, nomeadamente para o de Timor, foi conseguida com recursos a aviões de grande capacidade de passageiros e a navios de carga, fretados a companhias civis. Sentia-se, assim, já nessa altura, a falta de aviões que proporcionassem a projeção de carga e de passageiros, com grande capacidade de transporte e que pudessem percorrer longas distâncias. Ainda hoje essa necessidade se sente quando se projeta forças ou carga para o Afeganistão. Aliás, essa é uma deficiência também sentida e



reportada pela OTAN e UE, como já vimos.

Da análise às duas tabelas ainda ressalta que, na última falta, a atribuição a uma força dos quadros de emprego das FFAA nº 5 – “Cooperação técnico-militar” e nº 7 – “Cooperação com as forças e serviços de segurança”. Não estando tal explícito, percebe-se que esses quadros sejam desempenhados por elementos/forças nomeados, à medida das necessidades e dos compromissos assumidos, das FPAS.

A «Defesa 2020» ainda refere as necessidades de levantamento da capacidade de ciberdefesa, de desenvolvimento integrado de capacidades civis e militares, sob o princípio de duplo uso -no qual se preconiza uma unidade de ajuda e emergência- e da racionalização e rentabilização de recursos e do dispositivo das FFAA, mediante a concentração, sem que isso coloque em causa o cumprimento das missões (Conselho-de-ministros, 2013b, p. 2287).

Estando a definição de quaisquer FFAA dependente da determinação, pelo poder político, do que delas se pretende -isto é, se determine os fins-, e do que a estratégia estipular quanto aos meios para os atingir, a mesma deve resistir às pressões do curto prazo, nomeadamente financeiras, para não hipotecar o médio e longo prazo. Não havendo imunidade a essas pressões, corre-se o risco do SFN não possuir os meios necessários aos fins definidos.

De acordo com o Art.º 4 da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas³² (LOBOFA), cumpre ao Concelho de Chefes de Estado-Maior (CCEM) elaborar a proposta do SFN e ao Conselho Superior de Defesa Nacional, nos termos do Art.º 17º da Lei de Defesa Nacional aprová-la, bem como definir e aprovar as Missões Específicas das FFAA (MIFAs). Assim, conhecendo-se os fins a que se destinam as FFAA, tem o CCEM a possibilidade de se pronunciar sobre a adequabilidade destas a esses fins, e ao poder político a responsabilidade de verificar a exequibilidade económica e a aceitabilidade política desse SFN (Neves, 2013). No decorrer deste processo deve-se encontrar o equilíbrio entre adequabilidade-exequibilidade-aceitabilidade, para que as FFAA tenham os meios necessários aos fins que se pretendem atingir, para que não se ponha em causa, em futuros próximos, as suas capacidades para cumprir as suas missões.

b. Subsídios para uma estruturação das Forças Armadas portuguesas em 2010-2020

Pela análise já feita, e considerando os quadros de empenhamento das FFAA já re-

³² Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 07 de julho.



feridos, podemos levantar os seguintes cenários para o seu emprego:

Tabela nº 10 – Cenários de Emprego das FFAA

Fonte: Autor

Cenário	Sub-cenário	Empenhamento	Probabilidade de ocorrência	Prazo possível para ocorrer
Cenário 1 - Defesa e segurança do TN e dos portugueses	1.A - Defesa integrada do espaço de jurisdição e soberania nacional;	Empenhamento interno	Aleatória	Aleatório
	1.B - Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise ou conflito;	Empenhamento externo	Aleatória	Aleatório
	1.C - Vigilância e controlo dos espaços de jurisdição e soberania nacional;	Empenhamento interno	Alto grau de probabilidade	Curto e médio prazo
	1.D - Resposta a emergências complexas;	Empenhamento interno	Aleatória	Aleatório
	1.E - Cooperação com as forças e serviços de segurança.	Empenhamento interno	Alto grau de probabilidade	Curto e médio prazo
Cenário 2 – Missões de soberania nacional	2.A - Vigilância e controlo dos espaços de jurisdição e soberania nacional.	Empenhamento interno	Alto grau de probabilidade	Curto e médio prazo
Cenário 3 – Defesa e segurança coletiva e cooperativa em apoio à política externa do Estado	3.A - Operações de resposta a crises, de apoio à paz e humanitárias, no quadro da segurança cooperativa e da coletiva.	Empenhamento no quadro dos acordos internacionais	Alto grau de probabilidade	Curto e médio prazo
Cenário 4 – Apoio ao bem-estar das populações	4.A - Missões de interesse público em apoio das populações	Empenhamento interno	Alto grau de probabilidade	Curto e médio prazo
Cenário 5 – Cooperação e apoio à política externa do estado	5.A - Cooperação técnico-militar	Empenhamento externo	Alto grau de probabilidade	Curto e médio prazo

Para lhes fazer face, já vimos que existem a FRI, as FPAS e as FND. Como vimos, a cooperação técnico-militar e a cooperação com as forças e serviços de segurança podem ser conseguidas através das FPAS. Considerando estes cenários, as FFAA têm de estar preparadas para atuar em ambientes de paz, de catástrofe/exceção ou de guerra, devendo poder passar de um para o outro com rapidez e facilidade. A melhor forma para que isso aconteça incide na existência, nas FFAA, das capacidades em tempo de paz que sejam necessárias nos outros dois ambientes. Além disso, a sua estrutura deve possuir a capacidade de evoluir, por mobilização, de um efetivo máximo autorizado para tempo de paz³³ para um outro necessário a fazer face aos desafios que resultam do outro ambiente. Para isso, o país, deve garantir a existência de instalações militares com condições de habitabilidade que permitam receber os mobilizáveis e integrá-los nas capacidades a utilizar. Tem, ainda, de possuir reservistas capacitados para, rapidamente, permitir que as FFAA “cresçam” e cumpram as suas funções militares, em especial a de combater. Quanto mais reduzidas forem as forças permanentes de um sistema de forças, mais necessários são os mecanismos que permitam ampliá-las para os níveis de forças necessários (Santos, 2014, p. 7) às con-

³³ A «Diretiva 2020» defende umas FFAA com um efetivo entre 30.000 e 32.000, com um dispositivo redimensionado e sujeito a uma redução de trinta por cento (Conselho-de-ministros, 2013b, p. 2287).



tingências vividas. Com o fim do Serviço Militar Obrigatório essa capacidade de crescer ficou mais limitada, pela redução do número de jovens mobilizáveis, com instrução e treino para combater. Assim, torna-se necessário haver mecanismos que utilizem, da melhor forma, quem não está habilitado a combater em outras funções que não exijam essa habilitação, mas que se tornem necessárias no âmbito das contingências que poderão estar a serem vividas.

No âmbito de umas FFAA com e para o futuro, é essencial pensar a sua componente operacional, mas sem esquecer o apoio territorial que elas necessitam. Os militares, no cumprimento da sua missão, têm de ter a certeza de que a sua saúde e a dos seus será cuidada e que, quando necessário, pode dispor de um sistema de apoio social que lhe garanta a escora da solidariedade institucional, quando dela necessitar. As instalações afetas ao seu sistema de saúde têm de existir, podendo, até, enquadrar-se no conceito de duplo uso, apoiando a sociedade civil, em especial nas situações de catástrofes. A existência do HFAR, apesar das vicissitudes que lhe têm sido inerentes, se ultrapassadas para bem da saúde militar, pode vir a ser um bom exemplo de como a racionalização pode garantir o que se precisa.

Na sua participação em tempo de paz, as FFAA, para além de terem um papel relevante nas ações de vigilância, reconhecimento e fiscalização do EEINP, em especial através das capacidades navais e aéreas, devem ainda privilegiar a utilização de meios em duplo uso, em especial no apoio à população, solidificando sentimentos de segurança e cativando simpatias. A atuação em prol dela, numa proximidade que torne visíveis as FFAA, acompanhada por adequadas formas de divulgação, contribuem para uma consciencialização da existência de um fim comum, reforçando o sentido de “ser português”.

É, ainda, em tempo de paz que as FFAA, à dimensão das nossas possibilidades, se devem envolver em projetos de inovações tecnológicas e doutrinárias. Os projetos de inovação que as nossas FFAA concretizarem com sucesso, serão mais-valias para o desenvolvimento nacional e potenciarão a sua credibilidade. Aliás, alguns desses projetos até podem ser conduzidos em parceria com universidades, com instituições própria, ou com a ONU e UE, quer sob os conceitos de DI, de “*Framework-nations*” ou de P&S, ou ainda no quadro de outras relações de geometria variada.

Em ambientes de catástrofe/exceção, as FFAA têm de, rapidamente, disponibilizar capacidades adequadas. Revela-se útil a constituição de uma unidade militar de ajuda e emergência para atuar nesse ambiente, mas considera-se também importante adaptar-se os meios aéreos ao combate a incêndios. É ainda nestes ambientes que ressalta a importância



de um dispositivo distribuído pelo país. Para além das vantagens do contacto próximo com as populações, que pode ter impacto na mobilização e recrutamento para as fileiras, um dispositivo distribuído pelo país permite, em situações críticas, um maior conhecimento das realidades, podendo as FFAA atuar com maior prontidão, disponibilizando instalações, meios de transporte e de armazenamento de água, tendas, apoio sanitário, apoio ao sistema de proteção civil etc. Vê-se, assim, com reserva a ênfase dada na «Defesa 2020» à racionalização através do princípio da concentração (Conselho-de-ministros, 2013b, p. 2287), pois tal pode significar retrações dos dispositivos para além do que é extremamente necessário, diminuindo as malhas territoriais sobre as quais podem recair o apoio das FFAA à comunidade civil, ressaltando, daí, dificuldades quando tal apoio for necessário. Racionalizar sim, mas com racionalidade deve ser o princípio.

Em ambientes de guerra, torna-se ainda mais necessário que as FFAA possuam adequados meios de Comando, Controlo e Comunicações e de obtenção e análise de informações militares. É, ainda, indubitável a necessidade: dum unidade bem dimensionada³⁴ de Cooperação Civil-Militar (CIMIC); outra para defesa de ataques radiológicos nucleares e químicos; e mais uma para ciberdefesa; dum comando de forças especiais; de unidades de forças especiais; e de forças navais, terrestres e aéreas originadoras das “*capacidades de projeção e sustentação, em simultâneo, nos esforços de segurança e defesa coletiva*” e das “*outras capacidades*”, referidas na Tabela nº 8. Assim, as forças navais devem poder conduzir a guerra de superfície, submarina, antissubmarina, anfíbia e antiaérea. As forças terrestres, podendo projetar um comando de brigada e/ou três batalhões em simultâneo, para um mesmo TO ou para TO diferentes, devem possuir nove unidades de escalão batalhões e três comandos de brigada, necessários ao ciclo de emprego “preparação-projeção-retração”. A Força Aérea deve apoiar as operações terrestres e navais, conduzir a luta aérea e executar missões de vigilância e reconhecimento. Enfatizamos a importância de se ponderar a capacidade nacional de transporte de médio/longo curso e grande capacidade de carga e pessoal, onde o nosso país é deficitário, bem como a UE e a OTAN. A eventual aquisição desta capacidade pode permitir ao nosso país a sua cedência no âmbito da segurança coletiva e cooperativa, com reconhecimento por parte das Organizações que dela precisam. Colmatará, ainda, a deficiência em termos de necessidades no quadro da projeção da FRI e das FND.

No plano do equipamento, deve-se salvaguardar o equilíbrio entre a operacionali-

³⁴ Para a nossa dimensão, o escalão deve ser companhia.



dade e a prontidão. As forças têm de possuir um pequeno número de meios, em redundância, para que um sistema de armas ou de apoio, quando tenha de ser submetido a manutenção, programada ou inopinada, possa ser substituído sem perigar a missão.

Pertencendo Portugal à OTAN e à UE, participa, no âmbito da defesa coletiva, na constituição das *NATO Response Forces*, dos *Battle-Groups* e das *Air e Maritime Rapid Response Forces*. Tal exige interoperabilidades, aconselhando, como já se referiu, a constituição de FFAA por capacidades. Instiga, ainda, que Portugal acompanhe, tanto quanto possível, a evolução e os desenvolvimentos tecnológicos ocorridos naquelas Organizações. Portugal deve, mesmo, participar, no âmbito dessas Organizações, à medida da nossa realidade, em projetos, bem escolhidos, de desenvolvimento de capacidades. Assim, há que fazer opções, encontrando-se nichos de capacidades onde possamos especializar-nos, para que ressalte daí valor reconhecido pelos nossos parceiros. Nesse campo, para além doutras, a área das operações especiais pode ser uma opção. Admite-se que Portugal, no quadro da defesa coletiva e cooperativa e da OTAN, venha a ter a ambição de ser o responsável por uma *Framework Brigade*. Se assim for, os seus nichos de opção terão de ser mais ambiciosos, abarcando a capacidade de Comando e Controlo. A realidade portuguesa adverte-nos, contudo, para a nossa dimensão, exigindo ambições adequadas à mesma, ponderando-as, caso a caso, à luz do que se “ganha” e do que se “gasta”.

A racionalização de recursos poderá aconselhar Portugal a debruçar-se sobre as capacidades necessárias à defesa coletiva, para satisfazer os possíveis pedidos da OTAN e da UE, encontrando na interceção de domínios de necessidades, possíveis opções de especialização em nichos de capacidades. Isso permitir-lhe-ia, com economia de recursos, satisfazer pedidos não simultâneos das duas Organização. Na ponderação das opções em causa, considerando as referidas capacidades comuns, dever-se-á dar prioridade àquelas que satisfazem, igualmente, as necessidades nacionais, sobrepondo-se, no campo das opções, estas àquelas. Além das opções encontradas na aludida interceção, Portugal deve garantir que possui as capacidades necessárias aos imperativos de soberania nacional.

Um as FFAA baseadas em capacidades exigem, para maior eficiência, a partilha do partilhável e a salvaguarda do específico, sem receios e reivindicações nefastas ao processo. A integração de estruturas de chefia/comando/direção, no seio dos Ramos e entre Ramos, traduzir-se-á em ganhos de eficácia e de recursos. A constituição de unidades conjuntas, com capacidades próprias, terá de acontecer nos próximos tempos. Unidades ou estruturas de comando/chefia/direção nas áreas do CIMIC, operações psicológicas, saúde operacional, comunicações, ciberdefesa, forças especiais, informações táticas e operacio-



nais e defesa NBQR, entre outras, ganharão eficiência tendo elementos qualificados dos três Ramos, com comandos rotativos entre estes. Algumas destas unidades/comandos/chefias devem estar na dependência do CEMGFA, face à importância das suas capacidades e missões, como sejam as de forças especiais ou das informações táticas e operacionais, destacando, quando necessário, equipas para as forças já referidas. Quanto às tropas de recrutamento especial (comandos, paraquedistas, operações especiais e fuzileiros), este pode ser o momento para refletir no modelo vigente e noutros que contemplem a integração de algumas dessas especialidades, à luz do exemplo da Bélgica (que tem para-comandos), ou da Grécia (que tem a maior parte daquelas especialidades integradas numa só), sem que isso signifique a obrigatoriedade de um quarto Ramo. Ainda no âmbito da integração, do que é integrável, há que refletir sobre a existência dum órgão de apoio, comum aos três Ramos, responsável pela aquisição e manufatura do equipamento individual militar e fardamento/calçado, pela alimentação e manutenção de equipamentos e sistemas de armas. Resultaria, daí, mais-valias para as FFAA.

Finalmente, é importante o reforço das atuais competências do General/Almirante CEMGFA, conferindo-lhe instrumentos para conduzir eficientemente a atividade operacional, no âmbito dos cenários 1, 2, 3 e 5. Nos Ramos ficariam as competências necessárias ao levantamento, organização, preparação, instrução, treino e sustentação da componente territorial e das forças a empenhar naqueles cenários e à condução das operações no plano do cenário 4. Isso configura a transferência de responsabilidade/competências atualmente detidos pelos Chefes dos Ramos, resultando em eficiência na condução das operações que, cada vez mais, são conjuntas.

Um as FFAA portuguesas para este decénio têm de transbordar credibilidade, obtida pela coesão, profissionalismo, motivação e capacidades. Isso só se consegue com o esforço dos militares e do poder político.

c. Síntese conclusiva

Portugal é europeu e pertence à OTAN. O nosso país também tem sentido as dificuldades económicas-financeiras europeias e que o levaram a refletir sobre como garantir a função de soberania defesa com economia de recursos.

O emprego de forças nacionais no âmbito das Organizações a que Portugal pertence exige-lhe interoperabilidade de meios e doutrinas. Defendendo aquelas a estruturação das forças por capacidades, Portugal deve-se adaptar a essa conceptualização, tendo demonstrado, ultimamente, nos seus documentos políticos orientadores, nomeadamente no CEDN e na «Defesa 2020», essa sua disponibilidade. Este conceito de estruturação/organização



pode atenuar as dificuldades decorrentes das contingências financeiras no domínio da defesa, pois permite a participação nacional em projetos orientados para as capacidades, desenvolvidos pela OTAN e UE. Validámos, assim, a nossa H4.

As FFAA portuguesas têm de se adaptar à mutabilidade do ambiente estratégico, face aos imperativos da segurança e defesa nacionais, aos superiores interesses pátrios e à nossa participação, nos quadros das defesas cooperativa e coletiva. Assim, as nossas FFAA, organizadas por capacidades, tem de saber racionalizá-las, concentrando-se naquelas que configurem os seus nichos de emprego e especialização. A opção por esses nichos deve ter em conta as capacidades passíveis de serem empregues, por Portugal, no âmbito das Organizações a que pertence, pois isso economiza recursos, não descurando as outras necessárias à garantia das funções de soberania nacional. Para além disso, as nossas FFAA devem destrinçar o que pode ser partilhado, quando daí ressaltarem sinergias, daquilo que é específico. Nesse quadro de integração, coloca-se a necessidade do reforço das competências do CEMGFA, em prol de uma maior eficiência na condução da atividade operacional. Respondemos, assim, à QD 3.



Conclusões

O contexto económico-financeiro exigente vivido pela Europa, tem exigido dos seus países adaptações nos domínios da defesa e segurança. As dinâmicas emergentes Ásia-Pacífico têm influenciado estes domínios. Esta região tem-se tornado um polo geopolítico e económico. As vicissitudes que daí resultam têm levado à mudança da postura estratégica dos EUA em relação à Ásia-Pacífico, relegando para segundo plano, no campo dos interesses americanos, a Europa e deslocalizando daí forças e capacidades, sem que esta as tenha substituído. A segurança da Europa não se coaduna com vazios, pelo que os europeus devem repensar o que pretendem das suas FFAA. Estando Portugal inserido nessa Europa, cabe-lhe, também, refletir nessa problemática. Assim, o tema que investigámos é de extrema pertinência e oportunidade.

A nossa investigação tem como objeto de estudo as nossas FFAA, projeta-se no período 2010-2010, tem em conta a participação nacional no âmbito da OTAN e UE, foi conduzida pelo método hipotético-dedutivo e seguiu um percurso metodológico que nos permitirá responder à QC.

No primeiro capítulo investigámos as consequências geopolíticas, nos quadros da defesa e segurança europeias, da emergência da Ásia-Pacífico como polo de poder. Assim, verificámos que as fortes economias da região têm atraído poder estratégico e económico, mas também instabilidade e insegurança. A região ferve de retóricas ofensivas e de ações provocatórias, estando a Coreia do Norte e a China no pódio dessas provocações. Por isso, os EUA têm mostrado interesse estratégico pela região, aguardando que a China defina o que pretende com o seu poder militar. Os desafios emergentes da Ásia-Pacífica têm uma importância maior para os EUA do que para a Europa. Contudo, o recentrar dos interesses e das relações geopolíticas americanas exige dos europeus maiores responsabilidades no âmbito da sua segurança e defesa.

No segundo capítulo identificámos, no quadro da OTAN e da UE, as implicações da alteração do interesse e do empenhamento dos EUA em relação à Ásia-Pacífico. Da nossa investigação concluímos que, no âmbito dessas Organizações, os países europeus sempre se sentiram confortáveis com uma América poderosa, sensível aos apelos da Europa e pronta a assumir os principais custos da defesa desta. Assim, escudando-se nas contingências financeiras, a Europa não se preocupou em gerar mais autonomia na sua defesa e segurança. Resulta daí uma OTAN a duas velocidades: a americana, com capacidades e doutrinas de ponta; e a europeia, com lacunas preocupantes, que inviabiliza um eficiente empenhamento europeu e não lhe permite acompanhar os americanos, deixando-lhes o



protagonismo. As disparidades tornam-se mais evidentes quando os europeus adotam as doutrinas da Aliança, tendo dificuldade em as aplicar porque estão desenhadas para capacidades que não possuem. A OTAN, impulsionada pelos americanos, procuram aplicar o conceito DI como incentivo à partilha e desenvolvimento integrado, pelo Estados-membros, de capacidades. Apesar dos americanos apelarem à participação da Europa no âmbito da OTAN, os europeus não têm aderido à iniciativa, por falta de confiança nos parceiros e/ou com receio de alienar soberania.

No seio da UE o panorama é parecido. A iniciativa europeia P&S não tem tido grandes evoluções, por iguais razões às da DI. Estando a OTAN a sentir as dificuldades já descritas, a atitude da Europa pode levar a um vazio de responsabilidades da segurança e defesa do continente, que atualmente é minimizado pela vontade política americana de não deixar que isso aconteça. Podendo essa vontade ter um limite, a Europa, ciente das suas vulnerabilidades e abandonando desconfianças e medos, poderá encontrar na cedência e partilha de capacidades a garantia da sua defesa e segurança.

No terceiro capítulo analisámos a melhor forma das FFAA portuguesas encararem os desafios do ambiente estratégico europeu, no quadro das suas missões de soberania e da defesa coletiva e cooperativa. Da investigação ressaltou que Portugal também desinvestiu no sector da defesa, em especial nas capacidades militares. Face às contingências orçamentais, o nosso país tem sentido a necessidade de refletir nas suas FFAA. A sua integração na OTAN e na UE tem levado essa reflexão para o paradigma das capacidades. Esta abordagem por capacidades, por parte de Portugal, tem subjacente o sentido do racionamento de recursos, sem prejuízo dos imperativos de soberania e dos compromissos internacionais assumidos. Os recentes diplomas políticos orientam nesse sentido, preconizando conjuntos de forças orientadas para missões de elevada exigência operacional, de defesa do TN e do EEINP, de interesse público e respostas a crises, de defesa cooperativa e coletiva e de cooperação. Isso exige que as mesmas possuam capacidades para atuarem nos quadros de emprego preconizados. Da nossa investigação ressaltaram conclusões sobre essas capacidades, levantando-se possíveis cenários de emprego das FFAA, a saber: Defesa e segurança do TN e dos portugueses; Missões de soberania nacional; Defesa e segurança coletiva e cooperativa; Apoio ao bem-estar das populações; e Cooperação e apoio à política externa do Estado.

O percurso metodológico seguido permitiu-nos atingir o nosso OG. Assim, podemos, agora, responder à nossa QC, aqui transcrita:

Quais as linhas-de-ação a implementar para o desenvolvimento de umas FFAA



portuguesas, tendo em vista o segundo decénio do século XXI, formuladas no quadro das Alianças em que nos inserimos e tendo em consideração as fortes restrições económicas e financeiras que o nosso País vive, as reformas da defesa nacional e a evolução do contexto geopolítico mundial?

As FFAA portuguesas têm de possuir:

1. Uma componente operacional maioritária, constituída: por uma FRI facilmente projetável, com capacidades adequadas, com elevado grau de prontidão, capaz de atuar num largo espetro de operações, vocacionada para a defesa e segurança coletiva de elevada exigência e para a defesa e segurança do TN e dos portugueses; pelas FPAS, vocacionada para a defesa e segurança do TN, missões de soberania nacional e apoio ao bem-estar das populações; por FND, a constituir quando necessário e a prazo, vocacionada para a defesa coletiva e cooperativa em apoio à política externa do Estado.

2. Uma componente territorial, distribuída pelo TN, de suporte àquela outra, geradora de forças treinadas e sustentadas, nomeadamente a FRI, na qual se suportam as FPAS e que confirmam a instrução, treino e sustentação às mesmas. Dela se destacam as equipas/forças destinadas à cooperação e apoio à política externa do Estado e ela é responsável pelo apoio ao bem-estar das populações;

3. Uma componente de apoio àquelas outras componentes e aos militares, servindo os três Ramos, responsável pela manutenção da operacionalidade dos equipamentos, pela saúde, equipamento individual e coletivo, a alimentação e apoio social aos militares.

Na definição das capacidades para as FFAA, Portugal deve encontrar na interceção daquelas que a OTAN e a UE necessitam, no âmbito da defesa e segurança coletiva, opções de nichos de especialização, sem descurar aquelas necessárias aos imperativos de soberania. Portugal deve, ainda, participar, no seio das Organizações a que pertence, em projetos de desenvolvimento de capacidades, para garantir interoperabilidades e adquirir conhecimento tecnológico e capacidades a menores custos. Deve, ainda, no respeitante às capacidades, integrar o integrável, no seio dos Ramos e entre Ramos, mantendo as especificidades. Deve incentivar o conjunto, em especial nos quadros de apoios similares aos três Ramos e nos empenhamentos operacionais, reforçando-se as competências do CEMGFA.

Resta-nos afirmar que desta investigação resultaram subsídios orientados para umas FFAA voltadas para este decénio, constituindo os nossos contributos para o conhecimento, estando os mais importantes sintetizados na resposta à QC.



Bibliografia

- ACT, 2013. *Strategic Foresight Analysis- 2013 Report*. Norfolk Virginia: NATO Headquarters Supreme Allied Commander Transformation.
- AFP, 2010. *Artilharia norte-coreana abre fogos contra ilha sul-coreana*. [Em linha] Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/artilharia-norte-coreana-abre-fogo-contra-ilha-sul-coreana.c1e8e8ce91cea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> [Consult. 21 jan 2014].
- AFP, 2012. *Estados Unidos vão retirar sete mil soldados da Europa*. [Em linha] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/eua-vaio-retirar-7-mil-soldados-da-europa> [Consult. 14 dez 2013].
- AFP, 2014. *ONU denuncia crimes contra a humanidade na Coreia do Norte*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dw.de/onu-denuncia-crimes-contra-humanidade-na-coreia-do-norte/a-17438698> [Consult. 01 mar 2014].
- Albright, M, 1998. The Right Balance Will Secure NATO's Future. *Financial Times*, 07 dezembro, p. 22.
- Assembleia-da-República, 2013. Lei n.º 28/2013 de 12 de abril - Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 72 — 12 de abril de 2013 , 12 abril, pp. 2145-2147.
- BBC, 2013a. *Zona de defesa aérea chinesa aumenta riscos de guerra na região, diz analista*. [Em linha] Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/11/131127_analise_china_es_pacoaereo_fl.shtml [Consult. 02 fev 2014].
- BBC, 2013b. *Japão se queixa por ação militar de fragata chinesa*. [Em linha] Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2013/02/130204_china_japao_ilhas_rn.shtml [Consult. 15 nov 2013].
- Becher, K, 2002. *EU Defense Policy: Evolution, Prospects and Implications*. [Em linha] Disponível em: <http://biu.ac.il/Besa/feher5.pdf> [Consult. 11 fev 2014].
- Biscop, S et al., 2013. *Defence: The European Council Matters*. [Em linha] Disponível em: <http://www.egmontinstitute.be/wp-content/uploads/2013/12/SPB51.pdf> [Consult. 20 jan 2014].



- Chayes, S et al., 2012. Avoiding Catastrophic Failure in Afghanistan. In: J. T. Mathews, ed. *Global Ten: Challenges and Opportunities for the President in 2013*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 33-44.
- Cochran, A, 2014. *CBS This Morning - CBS News*. [Em linha] Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/obama-calls-on-vladimir-putin-to-move-russian-troops-from-ukraine/> [Consult. 28 mar 2014].
- Coelmont, J et al., 2013. *Recalibrating CSDP-NATO Relations: The Real Pivot - Security Policy Brief n° 47*, Institut de Recherche Stratégique de l'Ecole Military. [Em linha] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/sede/dv/sede100713backgroundcoelmont_/SEDE100713BackgroundCoelmont_EN.pdf [Consult. 27 dez 2013].
- Cologne-European-Council, 1999. *Annex III of the Presidency Conclusions-Presidency Report on Strengthening of the common European policy on security and defence*. [Em linha] Disponível em: <http://consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Cologne%20European%20Council%20-%20Annex%20III%20of%20the%20Presidency%20conclusions.pdf> [Consult. 28 dez 2013].
- Conselho-de-Ministros, 2013a. Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013). *Diário da República, 1ª série - n.º 67 - 05 de abril de 2013*, pp. 1981-1995.
- Conselho-de-ministros, 2013b. Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2013 - «Defesa 2020». *Diário da República, 1ª série - n.º 77 - 19 de abril de 2013*, pp. 2285-2289.
- Conselho-Europeu, 2004. *Headline Goal 2010 - approved by General Affairs and External Relations Council of 17 and 18 June 2004*. [Em linha] Disponível em: <http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/2010%20Headline%20Goal.pdf> [Consult. 22 mar 2014].
- Conselho-Europeu, 2013. *Part I paragraphs 1-22 of the European Council conclusions..* [Em linha] Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/140214.pdf [Consult. 28 dez 2013].
- Couto, GEN A, 1988. *Elementos de Estratégia-Apontamentos para um curso. Vol 1*. Lisboa: IAEM.



- Defense-Manpower-Data-Center, 2014. *Total Military Personnel and Dependent End Strength*. [Em linha] Disponível em: www.dmdc.osd.mil/appj/dwp/getfile.do?fileNm=SIAD_309_Report_P1312.xlsx&filePathNm=milRegionCountry [Consult. 27 mar 2014].
- Department-of-Defense, 2012. *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*. [Em linha] Disponível em: http://www.defense.gov/news/defense_strategic_guidance.pdf [Consult. 08 jan 2014].
- DoD, 2010. *Joint Publication 1-02-Dictionary of Military and Associated Terms (As Amended Through 15 March 2014)*. Washington: DoD.
- Douglas, H et al., 2013. A New Great-Power Relationship With Beijing. In: J. T. Mathews, ed. *Global Ten - Challenges and Opportunities for the President in 2013*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 53-62.
- EDA, 2013. *Information paper for the steering board- SBID 2013/12: Pooling and Sharing Annual Assessment - Way ahead*, Bruxelas: EDA.
- EFE, 2012. "EUA viram a página de uma década de guerras", diz Obama. [Em linha] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/obama-afirma-que-eua-viram-a-pagina-de-uma-decada-de-guerras> [Consult. 05 dez 2013].
- EFE, 2014. AIEA confirma que Irã segue cumprindo acordo nuclear. [Em linha] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/aiea-confirma-que-ira-segue-cumprindo-acordo-nuclear> [Consult. 23 mar 2014].
- EMGFA, 2014. *Chefes de Defesa da NATO Definem Prioridades para 2014*. [Em linha] Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/noticias/628> [Consult. 30 jan 2014].
- Euronews, 2013. *Presidente de Taiwan quer resolver conflitos territoriais*. [Em linha] Disponível em: <http://pt.euronews.com/2013/10/03/presidente-de-taiwan-quer-resolver-conflitos-territoriais/> [Consult. 21 jan 2014].
- Ferreira, AG, 2013. *China alarga a sua zona de defesa aérea às ilhas que disputa com o Japão*. [Em linha] Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/china-alarga-a-sua-zona-de-defesa-aerea-as-ilhas-que-disputa-com-o-japao-1613650> [Consult. 10 jan 2014].
- Freire, MR, 2013. A Política Russa para a Ásia-Pacífico: as Relação Rússia-Japão. In: *Nação e Defesa: Ásia-Pacífico, nº 134*. Lisboa: IDN, pp. 43-58.
- GlobalSecurity.org, 2011a. *First Taiwan Strait Crisis: Quemoy and Matsu Islands*. [Em linha] Disponível em:



- http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm [Consult. 24 fev 2014].
- GlobalSecurity.org, 2011b. *Second Taiwan Strait Crisis: Quemoy and Matsu Islands-23 August 1958-01 January 1959*. [Em linha] Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu-2.htm [Consult. 23 fev 2014].
- GlobalSecurity.org, 2011c. *Taiwan Strait-21 July 1995 to 23 March 1996*. [Em linha] Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/ops/taiwan_strait.htm [Consult. 24 fev 2014].
- Governos-francês-e-inglês, 1998. *Franco-British Summit Joint Declaration on European Defense*. [Em linha] Disponível em: <http://www.atlanticcommunity.org/Saint-Malo%20Declaration%20Text.html> [Consult. 14 fev 2014].
- Governos-francês-e-inglês, 2012a. *Traité entre la République Française et le Royaume-uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord relatif à des installations radiographiques e hydrodynamiques communes*. [Em linha] Disponível em: http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/291845_BST_hydro_French_Text_Formatted_Final_6.pdf [Consult. 28 dez 2013].
- Governos-francês-e-inglês, 2012b. *Traité de coopération em matière de défense et de sécurité entre la République Française et le Royaume-uni de Grande-bretagne et d'Irlande du Nord*. [Em linha] Disponível em: http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/291846_BST_Co-operation_French_Text_Formatted_Final_6.pdf [Consult. 27 dez 2013].
- Helsinki-European-Council, 1999. *Helsinki Presidency Conclusions*. [Em linha] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/ACF_A4C.htm [Consult. 24 nov 2013].
- Henius, J. & McDonald, J. L., 2012. *Smart Defense: A critical Appraisal*. Roma: NATO Defense College (NDC).
- IHS, 2014. *IHS Aerospace, Defense & Security-IHS Jane's Defence Budgets: End of Year Repor 2013. Focus on: Poland, Saudi Arabia and Japan*, Englewood: IHS.
- IMF-Data-Mapper, 2013. *International Monetary Fund*. [Em linha] Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/?combichart=&db=WEO&maximize=both&interactive=true&speed=5&year=2018&showoutliers=false&showal>



- [l=false&histogram=&tab=mapView&yaxis=logarithmic&indicator=LP&indicatorx=NGDPD&indicatorsize=&chart=linechartView&area=&t](#) [Consult. 18 mar 2014].
- IPCC, 2014. *Climate Change 2014: Impacts, adaptation and Vulnerability*. [Em linha] Disponível em: http://ipcc-wg2.gov/AR5/images/uploads/IPCC_WG2AR5_SPM_Approved.pdf [Consult. 21 abr 2014].
- JN, 2011. *ONU condena situação humanitária na Coreia do Norte*. [Em linha] Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=2195431&page=-1 [Consult. 18 dez 2013].
- Joffé, G, 2007. *Terrorismo global*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- Karoch, U, 2013. *Policy Briefing-Strasbourg-Lisbon-Chicago: NATO quo vadis?*. [Em linha] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/sede/dv/sede120214natoquovadis /sede120214natoquovadis_en.pdf [Consult. 05 jan 2014].
- Lai, D, 2011. *The United States and China in Power Transition*. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.
- Lavrov, S, 2012. *Article by Russian Foreign Minister Sergey Lavrov published in Indonesian magazine Strategic Review Russia's Policy in Asia Pacific: Towards Peace, Security and Sustainable Development - 603-05-04-2012*. [Em linha] Disponível em: http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/0783A1264F6F63FA442579D700525C04 [Consult. 10 jan 2014].
- LPN, 2014. *Liga para a Protecção da Natureza*. [Em linha] Disponível em: <http://naturlink.sapo.pt/ResourcesUser/Noticias6/PrepararPortugal2014.pdf> [Consult. 21 abr 2014].
- Martins, A, 2013. *Coreia do Sul ameaça alargar espaço de defesa aérea em resposta à China*. [Em linha] Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-sul-ameaca-alargar-espaco-de-defesa-em-resposta-a-china-1614457> [Consult. 04 jan 2014].



- Martins, A, 2014. Acções da Rússia revelam "mágou muito profunda" pelo fim da URSS. *Público*, Sáb 29 Mar2014, Ano XXV, nº 8751(Ucrânia), p. 22.
- Mathews, J. T., 2012. The World in 2013. In: J. T. Mathews, ed. *Global Ten: Challenges and Opportunities for the Presidente in 2013*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 5-18.
- Mattelaer, A, 2014. *Framework nations: a German answer to a European problem?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.europeangeostrategy.org/2014/03/framework-nations-german-answer-european-problem/> [Consult. 07 mar 2014].
- MDN, 2012. *Anuário Estatístico da Defesa Nacional-2010*. Lisboa: MDN.
- Mongiardim, MRd, 2011. *Índia: Potência Emergente*. [Em linha] Disponível em: [http://www.idjc.pt/PDFs/INDIA POTENCIA EMERGENTE conferencia I DJC.pdf](http://www.idjc.pt/PDFs/INDIA_POTENCIA_EMERGENTE_conferencia_IDJC.pdf) [Consult. 04 jan 2014].
- Morris, GL, 2002. *NAVAL POSTGRADUATE SCHOOL - Japan, Russia and the "Northern Territories" dispute: Neighbors in search of a good fence*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a407029.pdf> [Consult. 07 mar 2014].
- Mundo-nipo, 2014. *Japão envia caças para monitorar aviões chineses próximos a espaço aéreo japonês*. [Em linha] Disponível em: <http://www.mundo-nipo.com/politica/09/03/2014/japao-envia-cacas-para-monitorar-avioes-chineses-proximos-a-espaco-aereo-japones/> [Consult. 10 mar 2014].
- Neves, VJP, 2013. *JDRI - Ainda as Forças Armadas e o Sistema de Forças - o critério estratégico "AEA"*. [Em linha] Disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20044%20270313%20sfm%20critério%20aea.pdf [Consult. 29 out 2013].
- Nogueira, MGENJMF, 2011. *O Método Geopolítico Alargado – Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: IESM.
- Nye, JS, 2012. *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Nye, JS., 2011. *The future of power*. 1 ed. New York: Public Affairs.
- Obama, B, 2012. *U.S. Departmente of Defense - Defense Strategic Guidance Briefing from Pentagon*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4953> [Consult. 28 dez 2013].



- OTAN, 2009. *Le Traité de l'Atlantique Nord (1949)*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/stock_publications/20120822_nato_treaty_fr_light_2009.pdf [Consult. 11 dez 2013].
- OTAN, 2010. *Strategic Concept: for the Defense and Security of the Members of the North Atlantic Treaty organization. Adopted by Heads of State and Government at the NATO Summit in Lisbon*. Bruxelas: NATO Public Diplomacy Division.
- OTAN, 2012a. *Official Texts: Deterrence and Defense Posture Review- Press Release (2012) 063*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_87597.htm?mode=pressrelease [Consult. 18 nov 2013].
- OTAN, 2012b. *Summit Declaration on Defence Capabilities: Toward NATO Forces 2020- Press Release (2012) 064*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_87594.htm?mode=pressrelease [Consult. 12 fev 2014].
- Pinto, GEN V, 2012. Pensar as Forças Armadas. *Público*, Ano XXIII, nº 8129 (Debate: Forças Armadas), p. 47.
- Pinto, GEN V, 2014. *Umas Forças Armadas Portuguesas para o segundo decénio do século XXI* [Entrevista] (25 Fev 2014).
- Pinto, TdS, 2013. *Novamente o conflito entre as Coreias*. [Em linha] Disponível em: <http://vestibular.brasilecola.com/atualidades/novamente-conflito-entre-as-coreias.htm> [Consult. 08 mar 2014].
- PORDATA, 2014a. *PORDATA - Bases de Dados Portugal Contemporâneo: Despesas*. [Em linha] Disponível em: <http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Despesas-64> [Consult. 10 abr 2014].
- PORDATA, 2014b. *PORDATA - Bases de dados Portugal contemporâneo: Indicadores de envelhecimento em Portugal*. [Em linha] Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526> [Consult. 20 abr 2014].
- Priberam, 2013. *Dicionário - Priberam*. [Em linha] Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/dec%C3%A0nio> [Consult. 26 out 2013].
- Price, M, et al., F., 2013. Introduction. In: M. Price & F. Santopinto, edits. *National Vision of EU Defence Policy: Common Denominators and Misunderstanding*. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, pp. 1-5.



- Putin, V, 2012. *Vladimir Putin took part in the APEC business summit plenary session*. [Em linha] Disponível em: <http://eng.kremlin.ru/news/4371> [Consult. 08 fev 2014].
- Rasmussen, AF, 2013. *NATO - Speeches & transcripts: Speeches by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at the European Council*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_105964.htm?selectedLocale=en [Consult. 28 jan 2014].
- Rasmussen, AF, 2014. *NATO - Speeches & transcripts: Secretary General's Annual Report - Foreword - Future NATO: towards the 2014 Summit*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_106247.htm [Consult. 05 fev 2014].
- República-portuguesa, 1976. *Constituição da República Portuguesa-VII revisão constitucional (2005)*. [Em linha] Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> [Consult. 27 mar 2014].
- Rogers, J, 2013. *Fride Policy Brief nº 168: Why do Europeans need armed forces?*. [Em linha] Disponível em: http://www.fride.org/download/PB_168_Why_do_Europeans_need_armed_forces.pdf [Consult. 10 jan 2014].
- Santo, GENGA d E, 2012. *As Capacidades Militares da Nação*. In: *Revista Militar, nº 2529*. Lisboa: Revista Militar, pp. 907-910.
- Santos, GENLd, 2014. *A reforma de Defesa - Registo escrito da conferência feita em Serralves, no âmbito do ciclo de conferências "o Estado das Coisas/As Coisas do Estado"*. Serralves: s.n.
- Schinas, M, 2012. *The EU in 2030: a long-term view of Europe in a changing world: keeping the values, changing the attitudes*. [Em linha] Disponível em: http://europa.eu/espas/pdf/article_ms_euin2030.pdf [Consult. 28 nov 2013].
- SIPRI, 2013. *Stockholm International Peace Research Institute-The Independent resource on Global Security-SIPRI Military Expenditure Database*. [Em linha] Disponível em: http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database [Consult. 21 mar 2014].



- Sousa, FXFd, 2011. A Participação de Portugal nas Operações de Paz e a Segurança Nacional. In: *Revista Militar*, nº 2509/2510, Fevereiro/Março. Lisboa: Revista Militar, pp. 271-297.
- Sousa, FXFd, 2013. *Os novos desafios de segurança do Norte de África - Trabalho de Investigação Individual desenvolvido no âmbito do CPOG 2012/2013*, IESM. Lisboa: s.n.
- Sousa, Td, 2014. A Europa entre o século XIX e o século XXI. *Público*, Dom 30 Mar 2014, Ano XXV, nº 8752(Sem fronteiras), p. 54.
- Tomé, L, 2013. A Arquitetura de Segurança na Ásia-Pacífico. In: *Nação e Defesa: Ásia-Pacífico*, nº 134. Lisboa: IDN, pp. 22-42.
- Trenin, D, 2012. *Russia's stake in Asia-Pacific*. [Em linha] Disponível em: http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2012-09/06/content_15737359.htm [Consult. 10 jan 2014].
- TVI24, 2014. *Coreia do Norte dispara 16 mísseis-Armas foram disparadas para o mar*. [Em linha] Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/coreia-do-norte-misseis-tvi24/1546750-4073.html> [Consult. 23 mar 2014].
- UE, 1997. *Tratado de Amesterdão que Altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que Institui as comunidades Europeias e Alguns actos relativos a esses Trataods (97/C)*. [Em linha] Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/amsterdam_pt.pdf [Consult. 30 jan 2014].
- UE, 2003. *Uma Europa Segura num Mundo Melhor-Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*. [Em linha] Disponível em: <http://consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf> [Consult. 15 nov 2013].
- UE, 2013. *Declaration by the High Representative Catherine Presse 514 - Ashton on behalf of the European Union on the establishment by China of an 'East China Sea Air Defence Identification Zone'*. [Em linha] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/139752.pdf [Consult. 10 jan 2014].
- UE-OTAN, 2002. *EU-NATO Declaration on ESDP*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_19544.htm [Consult. 16 fev 2014].



- Veja-Internacional, 2010. *França e Grã-Bretanha anunciam amplo plano de Defesa*. [Em linha] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/franca-e-gra-bretanha-anunciam-ousado-planos-de-cooperacao/imprimir> [Consult. 28 nov 2013].
- Vicente, JPN, 2013. *Regresso ao Futuro: a Guerra Aérea na Líbia - Janus.net e-journal of international Relations*, vol. 4, n° 1 pp. 64-78. [Em linha] Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art5.pdf [Consult. 04 dez 2014].
- Voz-da-Rússia, 2014. *Coreia do Sul acusa Coreia do Norte de ter violado fronteira marítima*. [Em linha] Disponível em: http://portuguese.ruvr.ru/news/2014_02_25/Coreia-do-Sul-acusa-Coreia-do-Norte-de-ter-violado-fronteira-mar-tima-8677/ [Consult. 27 fev 2014].
- Warning-to-Russia*, 2014. [Filme] Realizado por Scott Pelkey. EUA: CBS-This-Mornig.
- Würzer, C, 2013. A German Vision of CSDP: "It's a taking part thar counts". In: M. Price & F. Santopinto, edits. *National Visions of EU Defense Policy: Common Denominators and Misunderstandigs*. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, pp. 27-46.
- Zicheng, Y, 2011. *Inside China's Grande Strategy*. Kentucky: The University Press of Kentucky.



Anexo A - Corpo de conceitos

Ameaças: “[...] qualquer acontecimento ou processo que cause mortes em grande escala ou uma redução maciça das expectativas de vida e que enfraqueça o papel do Estado como unidade básica do sistema internacional [...]” (ONU, 2004, p. 23). “Uma ameaça é o produto de uma possibilidade por uma intenção.” (Couto, 1988, p. 172).

Desafios - são propósitos ou realidades com que atores, estatais ou não estatais, se confrontam, em continuidade, exigindo-lhes linhas de ação, lógicas e estruturadas, enquadráveis nos planos político, psicológico, económico, social e militar, para lhes fazer frente ou explorá-las, podendo constituir-se como ameaças, riscos ou oportunidades (Sousa, 2013, pp. A1-2).

Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente – é “...o espaço que corresponde ao território nacional compreendido entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens, e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.” (Assembleia-da-República, 2013, p. 2145)

Framework Brigade – Conceito OTAN, baseado na multinacionalidade, em que os países vão dando forças e capacidades para constituírem uma Brigada. Assim, um país dará o comando de Brigada e parte, ou o todo, das forças de apoio de combate e de serviços, bem como, no mínimo, uma unidade de escalão batalhão, recebendo as restantes forças dos países parceiros.

Hard power - utiliza recursos tangíveis como forças e dinheiro (Nye, 2011, p. 21)

Índice de Dependência de Idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos) (PORDATA, 2014b).

Índice de Dependência de Jovens - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos) (PORDATA, 2014b).

Índice de Longevidade - Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos) (PORDATA, 2014b).

Índice de Dependência Total - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos) (PORDATA, 2014b).

Índice de Envelhecimento - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos). (PORDATA, 2014b)

Interoperabilidade – “...pode ser amplamente definida como a capacidade de nossas forças armadas para trabalhar em conjunto e interagir com outras ferramentas civis. É um instrumento para melhorar a utilização eficaz das capacidades militares...” (Conselho-Europeu, 2004);

Poder - “É a capacidade de alterar o comportamento alheio, tendo em vista a pro-



dução de resultados desejados.” (Nye, 2012, pp. 28-29).

Projetável – “...envolve a capacidade de se movimentar pessoal e material para o teatro de operações...” (Conselho-Europeu, 2004);

Segurança - “[...] A segurança exprime a efectiva carência de perigo, quando não existem (ou foram removidas) as causas dele [...] é um estado instável, dependente não só de decisões próprias, mas também das decisões dos outros ou da confluência de circunstâncias variáveis [...]” (Couto, 1988, p. 38).

Soft power - inclui fatores intangíveis como as instituições, ideias, valores, cultura e a perceção de políticas legítimas (Nye, 2011, p. 21).

Sustentabilidade – “...envolve o apoio logístico mútuo entre as forças destacadas.” (Conselho-Europeu, 2004);

Terrorismo epifenomenal - é aquele que se deixa conduzir pelos seus próprios fins, onde o ato é, em sim mesmo, o objetivo e a sua justificação, mesmo se justificado por uma ideologia recôndita (Joffé, 2007, p. 2)



Anexo B – Tabela de Indicadores de Envelhecimento

PORDATA

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Indicadores de envelhecimento

Anos	Rácio - %				Proporção - %
	Índice de envelhecimento	Índice de dependência total	Índice de dependência jovens	Índice de dependência idosos	Índice de longevidade
1961	27,5	59,0	46,3	12,7	33,6
1962	27,6	59,0	46,3	12,8	33,6
1963	27,8	59,0	46,1	12,8	33,7
1964	27,9	58,9	46,0	12,8	33,7
1965	28,4	59,4	46,2	13,1	33,5
1966	29,1	60,2	46,6	13,6	33,1
1967	29,5	60,7	46,9	13,8	32,7
1968	30,2	61,2	47,0	14,2	32,7
1969	31,1	61,6	46,9	14,6	32,5
1970	32,9	61,7	46,4	15,3	32,6
1971	33,9	61,8	46,1	15,6	32,5
1972	34,0	61,8	46,1	15,7	31,8
1973	34,4	61,4	45,7	15,7	31,2
1974	34,9	60,6	44,9	15,7	30,5
1975	36,8	60,6	44,3	16,3	31,0
1976	38,6	60,9	43,9	17,0	31,9
1977	39,4	60,7	43,5	17,1	32,0
1978	40,5	60,3	42,9	17,4	32,5
1979	42,0	59,7	42,1	17,7	33,1
1980	43,8	59,0	41,0	18,0	33,8
1981	45,4	58,3	40,1	18,2	34,5
1982	46,5	57,5	39,3	18,3	35,2
1983	47,5	56,7	38,4	18,2	36,1
1984	48,5	55,8	37,6	18,2	37,0
1985	50,2	55,0	36,6	18,4	37,7
1986	52,4	54,4	35,7	18,7	38,4
1987	55,0	53,6	34,6	19,0	38,9
1988	57,9	52,8	33,4	19,4	39,2
1989	61,5	52,0	32,2	19,8	39,4
1990	65,7	51,1	30,8	20,3	39,4
1991	70,0	50,3	29,6	20,7	39,2
1992	73,8	49,7	28,6	21,1	39,1
1993	77,2	49,2	27,8	21,4	38,8
1994	80,5	48,9	27,1	21,8	38,6
1995	84,0	48,6	26,4	22,2	39,0
1996	87,3	48,3	25,8	22,5	39,5
1997	90,5	48,2	25,3	22,9	39,8
1998	93,5	48,2	24,9	23,3	40,3
1999	96,0	48,2	24,6	23,6	40,8
2000	98,8	48,3	24,3	24,0	41,4
2001	101,6	48,5	24,1	24,4	41,9
2002	103,3	48,8	24,0	24,8	42,3
2003	104,7	49,1	24,0	25,1	42,7
2004	106,6	49,4	23,9	25,5	43,2
2005	108,5	49,7	23,8	25,9	43,8
2006	110,4	49,8	23,7	26,1	44,6
2007	112,6	49,9	23,5	26,4	45,6
2008	115,1	50,1	23,3	26,8	46,4
2009	117,8	50,3	23,1	27,2	46,9
2010	121,6	50,8	22,9	27,9	47,6
2011	125,8	51,2	22,7	28,5	48,3
2012	129,4	51,7	22,5	29,1	48,7

Indicadores de envelhecimento

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2014-03-27

Simbologia

⊥ Quebra de série
... Confidencial
// Não aplicável
- Ausência de valor

Pro Valor provisório
x Valor não disponível
f Valor previsto
Rv Valor revisto

Pre Valor preliminar
e Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada
⚡ Dado com coeficiente de variação elevado
(R) Dados rectificad os pela entidade responsável



Apêndice 1 – Diagrama de dedução

QC	QD	Hip	Validação		
			Valor	Cap.	Pág.
<i>Quais as linhas-de-ação a implementar para o desenvolvimento de umas FFAA portuguesas, tendo em vista o segundo decénio do século XXI, formuladas no quadro das Alianças em que nos inserimos e tendo em consideração as fortes restrições económicas e financeiras que o nosso País vive, as reformas da defesa nacional e a evolução do contexto geopolítico mundial?</i>	QD1: Quais as principais consequências geopolíticas, já sentidas, da emergência da região da Ásia Pacífico como centro de gravidade mundial?	H1- A emergência da região Ásia-Pacífico como centro de gravidade mundial tem potenciado as preocupações no âmbito da segurança internacional e do risco de conflitos de interesses, exigindo a redefinição das relações geopolíticas entre as principais potências mundiais;	✓	1º	25
	QD2: Que implicações resultam, para a área euro-atlântica e para a segurança europeia, da centralidade na Ásia-Pacífico dos nossos aliados americanos?	H2- A alteração das prioridades de interesse geopolítico dos EUA, face à emergência da região Ásia-Pacífico, induz a OTAN a procurar mecanismos para apoio ao esforço dos Estados Unidos em equilibrar os poderes naquela região;	✓	2º	33-34
		H3- As restrições económicas na Europa têm afetado o investimento europeu no setor da segurança e defesa mas, por motivo das alterações de prioridades do seu maior aliado, a EU será levada a assumir a maior parte das obrigações de segurança e defesa da sua área geográfica;	✓		
	QD3: De que forma as FFAA portuguesas podem lidar com a alteração do ambiente estratégico, considerando as possíveis adaptações a esse ambiente, levadas a efeito pelas Alianças de que fazemos parte?	H4- O ambiente de dificuldades económicas e financeiras vivido na Europa, e de restrições nessas áreas, com que Portugal se debate, favorece o desenvolvimento das FFAA do nosso país por capacidades, tendo em conta o seu emprego autónomo e no âmbito das Alianças a que pertence.	✓		49-50